



As muitas dimensões do Estado

Os professores Aragon Dasso Júnior, da Administração Pública, Céli Pinto, da História e Ciência Política, e Marcelo Portugal, das Ciências Econômicas, foram convidados pelo JU para discutirem suas perspectivas sobre os possíveis arranjos e amplitudes que o Estado deve adotar, tanto de um ponto de vista mais abstrato e conceitual quanto de um viés empírico aplicado à realidade brasileira. Decisões políticas de austeridade praticadas pelo governo atual, como o congelamento dos gastos primários por vinte anos previstos na Emenda Constitucional 95 e a redução dos direitos dos trabalhadores com a aprovação da Reforma Trabalhista, impactam diretamente na estrutura e dimensão do Estado brasileiro. A velocidade e a constância com que essas ações vêm ocorrendo também em âmbito estadual e municipal impõem a necessidade de uma discussão esclarecedora, especialmente com a aproximação das eleições nacionais. Originários de diferentes campos de conhecimento, os debatedores tematizaram a noção de Estado, destacando aspectos como sociedade civil, representação, serviço público, nacionalismo e globalização. **P6 e 7**

Petrobras

Uma questão de soberania nacional

Paulo César Ribeiro Lima, especialista em petróleo com longa trajetória no Centro de Pesquisas da Petrobras, condena a política de preços imposta pelo ex-presidente da empresa, Pedro Parente. Em entrevista, o consultor legislativo em recursos minerais, hídricos e energéticos no Congresso Nacional considera imprescindível a manutenção da petrolífera como instituição estatal em uma área estratégica como a de energia. Para ele, isso garante, por exemplo, investimentos que geram descobertas como o pré-sal, algo em que a iniciativa privada não apostaria. **P11**

Fundações

Retrocessos para o interesse público

Francisco Marshall, professor do Departamento de História, acredita que a UFRGS também sai perdendo diante da extinção, por parte do governo estadual, de institutos com os quais tem forte complementaridade. Já Róber Iturriet Avila, professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais, avalia que o fim da Fundação de Economia e Estatística (FEE) compromete a continuidade de análises que têm mais de 20 anos. A extinção do órgão, diz, é uma perda grave, pois era um espaço de análise e discussão plural e independente. **P4 e 5**

PRODUÇÃO MUSICAL

Barreiras reais e imaginárias separam o Brasil da América do Sul

Central

Saúde mental

Projeto promove inclusão a partir da economia solidária **P10**

Vestibular

Maria Firmina dos Reis e a identidade negra na literatura do século XIX **P13**

Educação

Conferência debate o papel do ensino superior na cidadania

Palco de manifestações estudantis que geraram uma reforma no Ensino Superior há exatos 100 anos, a Universidad de Córdoba, na Argentina, sediou em julho a terceira edição da Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e Caribe (CRES). Integrantes da delegação da UFRGS avaliam que o evento serviu para reiterar a percepção do ensino superior como bem público e dever do Estado. A declaração final do encontro reafirma princípios, como internacionalização solidária e respeito às especificidades locais e à diversidade, e servirá de diretriz para a participação latino-americana e caribenha na Conferência Mundial de Educação Superior no ano que vem. **P3**





Espaço da Reitoria

Sandra de Deus
Pró-reitora de Extensão

Extensão: ação transformadora

Sob a responsabilidade da UFRGS, o Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS 36) ocorrerá em agosto de 2018 e terá como tema “Extensão: ação transformadora”. A última vez que nossa Universidade recebeu esse evento foi há quinze anos, em Gramado, quando as reflexões extensionistas estavam mais focadas na institucionalidade. A edição atual traz como tema um olhar atento e criterioso sobre as transformações, mas também remete às mudanças ocorridas nas universidades públicas brasileiras nos últimos anos. São reflexos de um tempo marcado pela diversidade, que traz como protagonista um público cada vez mais heterogêneo. Neste final de agosto, a UFRGS propõe que as instituições públicas de ensino superior do sul do Brasil aprofundem a reflexão sobre a capacidade da extensão universitária de agir sobre, entender e contribuir com a realidade para que melhor estejam nela inseridas. O momento requer solidariedade, vigilância e participação, o que se quer colocar em prática durante o SEURS 36, coordenado pela Pró-reitoria de Extensão da UFRGS com

a participação das demais instituições do Rio Grande do Sul.

Por sua história e trajetória, o SEURS se qualifica como um evento de grande porte, reunindo mais de mil participantes, o que demanda uma série de atividades e serviços. Nesta edição, optou-se por realizar o evento no Câmpus Centro, o que significa que teremos, entre os dias 28 e 31 de agosto, um colorido especial: extensa programação cultural, mostra com ações práticas, sessões de tertúlias, oficinas e minicursos. Aqui estarão presentes delegações de 28 instituições – federais e estaduais – dos três estados da região sul do país, trazendo estudantes, professores, técnicos e pró-reitores de extensão. O educador popular costarriquenho Oscar Jara irá proferir a conferência de abertura, abordando os desafios éticos, políticos e pedagógicos que a extensão universitária enfrenta como ação transformadora.

Quando sediamos o SEURS pela última vez, em 2003, apresentamos como tema “Universidade e Compromisso Social”. Este continua sendo o principal impulso de nossas

instituições. Porém, o caminho percorrido nos mostra que são muitas as transformações que vivemos e que, a cada momento, temos a necessidade de readequar os passos para não atrasar a jornada, olhar à frente sem perder o que foi aprendido e focar no presente para não deixar escapar a sutileza do cotidiano. Se, por um lado, estamos sempre reafirmando as tarefas acordadas e apreendidas na interação universidade/sociedade, por outro, assumimos a responsabilidade de que há uma caminhada repleta de desafios e que temos um papel a desempenhar. A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que contém 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cobra uma presença ainda mais consistente da educação superior na construção de alternativas para a melhoria da condição de vida no planeta. Além disso, a recente Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe (CRES 2018), realizada no marco dos 100 anos da Reforma Universitária de Córdoba, colocou a extensão no foco dos compromissos para os próximos dez anos.

MINISTÉRIO DA CULTURA apresenta

Cultura acessível para todos

Campanha de Captação Faça sua doação!

Projeto de acessibilidade do prédio da Rádio da Universidade.

LEI DE
INCENTIVO
À CULTURA

Apoio

UFRGS

SUINFRA

SPH

INSTITUTO
BRASILEIRO DE PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E CULTURAL

UFRGS
RÁDIO

Realização

MINISTÉRIO DA
CULTURA

BRASIL
GOVERNO FEDERAL

www.ufrgs.br/patrimoniohistorico/

Carta aos leitores

Se há algo que aparece como princípio para o jornalismo que fazemos e que nos motiva uma reflexão constante é a ideia de ‘serviço público’: a quem servimos?, que obrigações temos?, que lugar ocupamos na sociedade? Estamos numa universidade federal, ou seja, nos inserimos no Estado em sua configuração mais ampla e atuamos a partir de sua lógica. Nesse sentido, é sempre motivo de inquietação estarmos diante de ataques à esfera estatal e de ameaças às políticas que visam ao bem coletivo.

O desfecho dos arrastados projetos de extinção de algumas das fundações mantidas pelo Rio Grande do Sul nos impele a uma retomada da reflexão sobre esse lugar do poder público. Por isso, trazemos nesta edição dois artigos que tratam do tema: um, de forma mais ampla, discute o sistema de produção e circulação de conhecimento gerado pela relação entre a Universidade e essas instituições; e o outro enfatiza que somente a produção de dados estatísticos públicos pode oferecer insumos confiáveis para a elaboração de um planejamento conjuntural por parte do próprio estado. Ainda, a contracapa apresenta um ensaio fotográfico que realça a potência estética do Jardim Botânico de Porto Alegre, ligado à Fundação Zoobotânica – que, para além do papel científico, constitui-se em possibilidade

de lazer e de formação de um olhar menos obtuso e cinzento, marcas estas do espaço urbano. Não são a produção e a circulação de conhecimento lugares de ação do Estado? Não será este, afinal, um patrimônio de alto valor?

Para ampliar esse debate, o consultor legislativo e especialista em temas energéticos Paulo César Ribeiro Lima concede uma entrevista na qual analisa o papel da Petrobras – uma empresa estatal brasileira entre cujos papéis está a regulação dos preços internos – e os rumos equivocados dados pela administração recente. Finalmente, para amparar toda essa discussão, reunimos docentes e pesquisadores de três áreas do conhecimento para debater, a partir de um viés mais conceitual, o papel do Estado. Pontos de vista da economia, da ciência política e da administração pública se contrapuseram e, esperamos, oferecem elementos para essa problematização.

Constituinte e agente do poder estatal, a Universidade não deixa de exercer a função de lançar luz sobre o que não tem visibilidade e questionar as hegemonias. Nesse sentido, a edição deste mês problematiza a relação do Brasil com as nações vizinhas da América Hispânica, que oscila entre alguns ensaios de aproximação – mas que não parecem avançar muito além das questões econômicas e de circulação de pessoas – e uma barreira

bastante grande – sobretudo no que tange à produção cultural. Traz, assim, um diálogo com a programação que o Unimúsica oferece por meio da série *Témpano América*, com alguns dos nomes da cena musical que nos rodeia no continente, mas que ainda recebem pouco espaço no Brasil. Expandindo essa mirada para o sul, o destaque na seção JU Indica aborda uma obra que discute as sempre difíceis relações entre duas potências regionais, Brasil e Argentina, e os impactos disso no contexto mundial. Complementando essa temática, um apanhado dos debates ocorridos durante a Conferência Regional de Educação Superior (CRES 2018), realizada em Córdoba, na Argentina, no mês passado. No evento foi firmada a posição de defesa da educação superior como bem público.

Completam esta edição matérias sobre a obra da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, que dá sequência à série que aborda os novos autores incluídos nas leituras obrigatórias para o Vestibular da Universidade em 2019; a atuação da Associação Construção, ligada ao Núcleo de Economia Alternativa da UFRGS; e o espaço de realização profissional representado pela Estação Experimental Agrônoma.

Boa leitura!

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 – Bairro Farroupilha,
Porto Alegre – RS | CEP 91004-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-reitora

Jane Fraga Tutikian

Chefe de Gabinete

João Roberto Braga de Mello

Secretário de Comunicação Social

André Iribure Rodrigues

Vice-secretária de Comunicação Social

Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE

Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS

Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial

Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse,

Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas,

Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de

Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer

Editor-chefe Everton Cardoso

Editora-executiva Jacira Cabral da Silveira

Editor-assistente Felipe Ewald

Repórteres Ánia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira

e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e

Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)

Diagramação Felipe Drenkmann Hackner

Repórter fotográfico Flávio Dutra

Revisão Antônio Falchetta

Bolsistas (Jornalismo) Bárbara Lima, Camila Souza, Paula

Barcellos, Ricardo Santos e Vanessa Petuco

Estagiárias Natássia Ferreira e Samara Onofre

Circulação Cristiane Lipp Heidrich

Impressão Gráfica da UFRGS

Tiragem 10 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

[f](https://www.facebook.com/jornalufrgs) [i](https://www.instagram.com/jornalufrgs) [t](https://www.twitter.com/jornalufrgs) jornalufrgs



Educação como bem público

Ensino superior Integrantes da delegação da UFRGS fazem um balanço da Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e Caribe

Cem anos depois de ter sido o epicentro de uma reforma no Ensino Superior que se expandiu pelo continente, a Universidad de Córdoba, na Argentina, recebeu, em junho, representações de mais de 900 universidades para a terceira edição da Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e Caribe (CRES). O reitor da UFRGS, Rui Vicente Oppermann, condutor de um processo de articulação interna que também envolveu outras instituições nacionais e estrangeiras, relata que o evento serviu para reiterar o caráter público do ensino universitário. “Estamos preocupados com o uso mercantil da educação superior”, diz sobre uma lógica que se instala no Brasil principalmente a partir dos conglomerados educacionais. “Mas isso não quer dizer que sejamos contra as universidades privadas que tenham natureza comunitária e que são muito próximas de nós e do ideal de construção de cidadania”, ressalva.

Para o ex-reitor Carlos Alexandre Netto, havia um temor de retrocesso na percepção do ensino superior como um bem público e, por isso, um dever do Estado. “Mostrou-se que as universidades lá reunidas comungam de certos valores em termos de educação superior, e estes são positivos e necessários para o avanço da sociedade e da educação nos dias de hoje”, analisa o também curador do ciclo de conferências preparatórias para a CRES realizado na UFRGS. O protagonismo das instituições públicas de ensino superior, conforme o diretor do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA), José Vicente Tavares-dos-Santos, é importante, já que são elas as responsáveis pela maior parte da pesquisa realizada nos países

de maior dimensão da América Latina, caso de Brasil, Argentina e México.

De um modo muito geral, a tônica do encontro representa um enfrentamento às políticas do Banco Mundial, que tomam a educação como um bem individual. O texto da declaração resultante do evento, pelo contrário, coloca as instituições de ensino superior como protagonistas na defesa da democracia e dos direitos humanos e no combate ao autoritarismo e à desigualdade social. Para a professora Denise Leite, essas ideias refletem o modelo político latino-americano de universidade que surgiu em 1918 com o movimento estudantil iniciado na Universidad de Córdoba. “Esse ideal seria de uma universidade que forma não só profissionais, mas cidadãos. E estes não são isolados na sociedade, estando entranhados nela e tendo essa formação política e social dentro da instituição. Esse não é o modelo da universidade europeia ou norte-americana. É diferente”, explica a pesquisadora especializada nos temas ligados à educação superior.

Na leitura dos integrantes da delegação da UFRGS, não houve muitos avanços com relação à declaração elaborada há dez anos, em Havana, Cuba. Carlos Alexandre Netto, porém, contemporiza: “O fato de não ter avançado não significa que houve um congelamento ideológico ou político”. Na avaliação da pró-reitora de Extensão da UFRGS, Sandra de Deus, o que se viu foi o “avanço possível”. “Em 2008, tínhamos uma circunstância em que era possível avançar muito. Havia toda uma discussão sobre temas como interculturalidade e ações afirmativas. Isso era muito novo ou inexistente naquele momento e, por isso, cada palavra

da carta daquele ano são avanços”, analisa. A ex-reitora Wrana Panizzi faz coro a essa análise e pondera: “O documento guardou a história toda do que foi feito até agora. Não foi capaz de expressar de forma mais clara um avanço, porque vivemos um retrocesso conservador no mundo inteiro”, reflete.

Integração – Foram reafirmados, por exemplo, princípios como internacionalização solidária e respeito às especificidades locais e à diversidade. Conforme o secretário de Relações Internacionais da UFRGS,

“Temos o grande desafio de fazer uma universidade como instituição do conhecimento, mas dentro dessa complexidade e diversidade”

Rui Oppermann

Nicolas Bruno Maillard, muitos dos entraves aos processos de integração, no entanto, se devem às limitadas alianças traçadas pelas nações latino-americanas e caribenhas. Ainda assim, segundo ele, das diversas redes formadas pelas instituições de ensino superior emerge um papel importante: “Temos de trabalhar para identificar prioridades científicas relevantes de

importância mundial aqui no continente. Mas é preciso fomento público para que isso seja possível”. A restrição do ponto de vista da integração, de acordo com José Vicente Tavares-dos-Santos, pode ser vista, inclusive, na ausência de bilinguismo no evento. “Todos tínhamos, de algum modo, de falar espanhol. Português não existia, mas é uma língua importante, falada por mais de 300 milhões de pessoas no mundo”, pontua.

Ao fazer um balanço da CRES e de seus resultados, Rui Vicente Oppermann enfatiza o fato de hoje termos uma complexidade que não havia há uma década. As redes digitais, a capacidade de comunicação e o desenvolvimento de direitos civis de diferentes grupos sociais estão entre os elementos que compõem as novas circunstâncias. “É preciso ter espaços para coletivos de todas as naturezas porque a sociedade está evoluindo dessa forma. Temos o grande desafio de fazer uma universidade como instituição do conhecimento, mas dentro dessa complexidade e diversidade”, elabora.

O que se lamenta, no entanto, é o fato de o governo brasileiro não ter tido um protagonismo maior. Para Wrana Panizzi, isso demonstra o quanto a possibilidade de que esses resultados se tornem uma política de Estado é uma promessa sem perspectiva de concretização. “É importante que as pessoas estejam lá não só para dizer coisas, mas para ouvir. Elas devem saber o que os participantes do evento estão pensando e que não são só alguns”, analisa sobre o que considera uma articulação importante das instituições de ensino superior que serve para legitimar os posicionamentos do setor ante as esferas governamentais. E questiona: “Mas tudo está salvo? Não vamos ter ilusão. Uma coisa será nosso discurso, inclusive o acadêmico. Como fazer com que isso permeie as nossas universidades diante dos tempos difíceis que estamos vivendo e que vamos viver?”

As discussões ocorridas em Córdoba darão origem a um plano de ação que deve ser elaborado nos próximos meses com um protagonismo significativo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). O documento servirá de diretriz para a participação latino-americana e caribenha na Conferência Mundial de Educação Superior, a ser realizada pela UNESCO em Paris no ano que vem. O legado da CRES está disponível numa coleção de livros e em outros documentos tornados públicos no site www.cres2018.org.



LUGAR DE MULHER

As mulheres na Engenharia

O programa Lugar de Mulher de julho apresenta uma entrevista com Leila Teichmann, engenheira metalúrgica na Gerdau. Leila se formou em Engenharia Metalúrgica na UFRGS em 1997 e concluiu seu mestrado em Gestão da Inovação na mesma instituição em 2002. “Na minha formatura, eu era a única mulher da turma, mas não por isso e sim pelo meu esforço eu ganhei o prêmio de aluna com o melhor desempenho acadêmico, que é uma tradição dentro da Universidade.”

Leila iniciou sua carreira na Gerdau, em 2005, como Assistente Técnico da área de Pesquisa e Desenvolvimento em Charqueadas. Em 2015, assumiu a gestão do setor. A Gerdau possui um grupo focado no tema diversidade, que atualmente procura maneiras de melhor integrar as mulheres no ambiente de trabalho. “As grandes empresas devem mesmo se preocupar com essa questão da diversidade, pois isso permite que se desenvolva um ambiente de mais respeito e colaboração entre as pessoas. No fim das contas, isso é vantajoso para todos, porque as pessoas vão produzir mais e dar o melhor de si nesse ambiente”, afirma a engenheira.

Em 2017, foi convidada para criar e gerir o Núcleo de Inovação em Materiais Avançados (NIMA) com olhar atento às novas tecnologias. Leila se destaca pelo profundo conhecimento técnico da produção e aplicação de aços especiais, liderando o desenvolvimento de soluções que precisam de equipes multidisciplinares de alto desempenho e focadas em inovação.

Ainda hoje, a Engenharia Metalúrgica não é um ambiente em que se espere encontrar mulheres. “No início, quando escolhi o curso, ouvi alguns comentários do tipo: ‘Poxa, engenharia? São tão poucas mulheres nessa área. Você é tão delicadinha’. Mas eu confesso que nunca dei muita atenção, apenas coloquei esforço e fui atrás dos meus objetivos”, comenta Leila.

Gabrielle de Luna,
estudante do 4.º semestre de
Jornalismo da UFRGS

Assista ao programa

O programa Lugar de Mulher é uma parceria entre a UFRGS TV e o Instituto de Física da UFRGS, e poderá ser assistido a partir do dia 15 de julho, às 13h, às 18h e às 23h na UNIV, canal 15 da NET PoA, e também pela internet pelo link www.univ.tv.br.

DIVULGAÇÃO





Uma perda irreparável

Róber Iturriet Avila*

O banco de dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE) disponibiliza mais de 800 variáveis socioeconômicas georreferenciadas sobre o Rio Grande do Sul e sobre todos os seus municípios, permitindo cruzamentos entre variáveis, unidades geográficas e períodos de abrangência distintos. É possível acessar o site da instituição, visualizar o mapa do estado e destacar um município para obter a quantidade de hospitais, por exemplo, além de inúmeras outras variáveis em qualquer ano desejado.

A extinção da FEE, mesmo que revertida por um governo futuro, já comprometeu a continuidade de análises que têm mais de 20 anos de existência, como é o caso da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre. Alterações metodológicas inviabilizam a comparação de indicadores, deixando de ter serventia para uma averiguação de longo prazo.

Para além das tradicionais funções do Estado, como a prestação de saúde, educação, previdência, assistência social e segurança, há uma série de outros serviços que competem ao setor público, mas são intencionalmente obscurecidos nas narrativas hegemônicas. A abrupta queda observada nas taxas de mortalidade infantil no Brasil e a consequente elevação da expectativa de vida não se deram por acaso. Tampouco a elevação da mortalidade infantil nos últimos dois anos é um evento casual. Propositalmente invisibilizada está a atuação do Estado na vigilância sanitária, na prevenção e na reconstrução diante de desastres naturais, na assistência aos desabrigados, na forma de subsídios que garantam a energia elétrica, na produção de alimentos, no zelo e na proteção de crianças e adolescentes vulneráveis. A naturalização das ações estatais permeia o debate público, escamoteando as reais intenções da repetição de mantras não verdadeiros: “há um crescimento da ganância”, “o SUS é ineficiente”, “não há retorno dos impostos pagos”, “o Brasil é campeão de impostos”, “os serviços públicos não funcionam”, etc.

Uma dessas atribuições pouco visíveis, mas fundamentais, é a elaboração e a análise de estatísticas. A administração pública necessita de suporte técnico e subsídios analíticos para o planejamento. Não apenas o Estado necessita de estatísticas confiáveis; as empresas, as universidades e os cidadãos também precisam de referências sobre a realidade socioeconômica para tomarem suas decisões.

Os agentes privados não possuem incentivos para produzir estatísticas acessíveis a todos, as quais exigem elevado conhecimento técnico e raro retorno financeiro. Para além da pesquisa acadêmica, o estado precisa saber quais são as regiões mais desenvolvidas, quais são as mais carentes, onde há redução do crescimento demográfico. É necessário mapear as migrações, averiguar as localidades em que a indústria tem maior potencial, onde está concentrada a população idosa e onde há mais jovens. Tais informações são indispensáveis para decisões de investimento em saúde e educação. As empresas, por sua vez, precisam saber como está a variação dos produtos, qual sua trajetória, os impactos desencadeadores de investimentos produtivos de cada setor, o perfil do mercado de trabalho, os salários médios em cada atividade.

Esse complexo e rigoroso trabalho exige profissionais habilitados e experientes que, no caso do Rio Grande do Sul,

“Uma possível substituição da FEE por uma empresa privada pode comprometer a isenção das análises”

Róber Iturriet Avila

encontravam-se reunidos na FEE. Sua extinção é uma perda irreparável, pois a instituição constituiu-se em um espaço de análise e discussão plural e independente sobre a economia, a sociedade e o desenvolvimento, detendo um substantivo acúmulo de conhecimento a respeito do estado. Sua autonomia sempre garantiu a capacidade crítica frente a políticas e ações implementadas. Uma possível substituição por uma empresa privada pode comprometer a isenção das análises, uma vez que consultorias tendem a agradar seus clientes, o que justifica a existência de instituições autônomas na produção de estatísticas públicas. Os dados utilizados para o cálculo do Produto Interno Bruto, por exemplo, são sigilosos e não podem ser disponibilizados para empresas privadas, as quais ganhariam vantagens impensáveis frente a concorrentes de mercado.

Por disposição legal, a FEE tinha como finalidades básicas: identificar e propor alternativas de desenvolvimento econômico e social ao estado; estruturar e operar o sistema de contas regionais, proceder análises conjunturais, bem como realizar estudos e pesquisas, tendo em vista o preparo de indicadores econômicos e sociais; coletar, processar e divulgar dados estatísticos; colaborar na elaboração, na execução e no controle de programas ou projetos governamentais; fornecer subsídios à prática financeira do estado; prestar serviços e realizar pesquisas de interesse dos setores econômicos e dos consumidores.

Estavam no escopo de trabalho a coleta, o processamento, a análise e a sistematização de indicadores em diversas áreas, tais como agricultura, indústria, desenvolvimento regional, meio ambiente, potencial poluidor das indústrias extrativista e de transformação, políticas públicas, análise de desigualdades, comércio exterior, finanças públicas, política monetária, política fiscal, infraestrutura, inovação, relações de trabalho, emprego e desemprego, PIB Regional, PIB Municipal, estimativas populacionais, Matriz de Insumo Produto, Índice de Desenvolvimento Socioeconômico e plataforma de exportações.

Além disso, a FEE sempre atuou em colaboração com uma série de órgãos estaduais no atendimento a demandas por pesquisas e análises sobre dívida ativa do estado, grandes investimentos no setor de energia, economia do turismo, indicadores de ciclos de negócio, indicadores do agronegócio, política de transparência e planejamentos estratégicos dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

A atualidade brasileira é de crescimento do obscurantismo. As narrativas dominantes dissimulam serem de interesse geral os seus fins, mas atendem a interesses específicos. São tomadas decisões políticas açodadas sem uma apreciação adequada e sem o envolvimento democrático da sociedade. Observa-se, nas versões majoritárias sobre os fatos sociais, um profundo desconhecimento dos cidadãos sobre a realidade social, econômica e política, um desconhecimento da sociedade sobre si, o que denota não apenas a necessidade de aprimoramento da educação formal, mas também de ampliação da pesquisa científica e disseminação de análises de estatísticas e da realidade socioeconômica, espaço esse que o setor privado não cumpre bem nem teria por que fazê-lo. Isso é papel do Estado.

*Doutor em Economia e professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais



Avanço da barbárie

FOTOS GUSTAVO DIEHL/SECOM



Na composição de imagens, as sedes da Fundação de Economia e Estatística e da Fundação Cultural Piratini, ambas em processo de extinção pelo governo do estado do Rio Grande do Sul

Francisco Marshall*

Em 21 de novembro de 2016, o governo Sartori anunciou um pacote visando extinguir nove fundações de desenvolvimento científico, cultural, educacional e técnico do Rio Grande do Sul, e deu início ao maior conflito entre conhecimento e barbárie na história da gestão pública do estado. Sem qualquer planejamento ou diálogo, revelando o desespero e a ferocidade dos fundamentalistas, este governo apostou na força de imagens ideológicas neoliberais e na ação de sua coordenação parlamentar, pronta a barganhar com uma Assembleia Legislativa (AL) subserviente e impor sem debates as medidas destrutivas que ora propunham, mas deu-se mal e perdeu a aposta, pois a reação da sociedade civil foi imediata, forte e unânime, rejeitando a proposta. O conflito estendeu-se, judicializou-se e segue aberto. Os que lutam pelo desenvolvimento através do conhecimento resistem diante de insensatos que nada querem, senão impor um receituário ideológico de todo improdutivo e irracional.

A UFRGS foi a primeira instituição a reagir por meio de nota emitida pelo Conselho Universitário em 25/11/2016 – quatro dias após o início desse ciclo de barbárie, que já dura um ano e sete meses. Diversos segmentos de nossa Universidade reagiram fortemente e associaram-se à sociedade civil e a autoridades de Estado na luta contra aquele infausto pacote. Realizaram-se audiência pública na AL, debates e questionamentos na imprensa, ao que o governo reagiu sempre da pior forma, sem apresentar justificativa razoável, apenas a determinação dos obtusos na realização de seu desígnio torpe. Está em jogo o destino de instituições fortemente propícias ao desenvolvimento em troca de retrocesso.

Que dizer da Fundação Zoobotânica, órgão coirmão de nosso Instituto de Biociências, fundamental para o estudo, a difusão científica e o apoio técnico na área das Ciências Naturais, atinentes ao meio ambiente, com desempenho de nível internacional? No campo arte-humanístico, que dizer do esforço bárbaro por destruir a Fundação Cultural Piratini, com suas emissoras de rádio e tevê, centradas na documentação e difusão de tudo o que se realiza em arte, cultura e educação neste estado, tema coberto apenas de modo periférico nas emissoras comerciais? Que dizer do ataque à Fundação Estadual de Pesquisa

Agropecuária (Fepagro), devotada, como a UFRGS desde suas origens, à otimização do desempenho agropecuário em um estado que, cada vez mais, tem neste segmento o seu principal desempenho? Que dizer da extinção da Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), órgão de certificação tecnológica do RS, herdeira do Instituto Tecnológico do RS (Iters), incubado na UFRGS e primeiro ocupante do prédio onde hoje está nosso Museu Universitário? Todas as Engenharias e a indústria sabem da importância estratégica deste órgão. Que dizer da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), fundamental para o planejamento e a racionalização da expansão ur-

o desenvolvimento do estado por meio da pesquisa e do conhecimento técnico aplicado, da ação cultural e educacional? Além da perda social histórica, a UFRGS pode perder muito com a desaparecimento de institutos com os quais temos forte complementaridade, visando à meta maior do desenvolvimento social.

Como todas as instituições, essas fundações têm seus desafios e devem buscar a superação e a eficiência administrativa. Para tais fins, o modelo jurídico que as preside, o estatuto das fundações, segue sendo o mais adequado, pois concilia a primazia do interesse público com maior dinâmica na gestão. Erra grosseiramente quem diz que é modelo superado, que deve ser abandonado em prol da vinculação das funções de cada fundação à administração direta; eis o oposto da prometida modernização, pois há imediata perda de potência administrativa e nefanda sujeição governamental, inclusive em sentido ideológico e partidário. A sociedade perde no colapso de funções importantes para o desenvolvimento, pois sabe-se, ademais, que não houve qualquer planejamento para a absorção das funções e acervos dessas instituições na administração direta, mas apenas o impulso de agressão destruidora.

O fato mais preocupante nesse drama é o triunfo da irracionalidade ideologizada; o governo do estado desdenhou com arrogância a lúcida argumentação apresentada pela sociedade civil, sem aceitar o diálogo mesmo com os intelectuais que cooperaram na elaboração do programa vencedor nas eleições de 2014, professores Claudio Accurso e João Carlos Brum Torres, quadros excelentes desta UFRGS, desmerecidos pela insensatez de políticos sem valor algum. Aqui iniciou-se a organização do mais amplo movimento de resistência construtiva da sociedade civil, agrupando artistas, intelectuais, jornalistas, cientistas, educadores e profissionais liberais, reunidos no coletivo ProsperArte, de forte atuação pública. Vivemos de produzir o conhecimento e oferecê-lo à sociedade. É uma ofensa à UFRGS o desdém a nossa função social e à consistência do que temos a dizer à sociedade. Esta campanha ainda não se encerrou, pois jamais nos conformaremos com o triunfo da barbárie; ainda há lutas e esperanças, pois zelamos por fundamentos, neste caso, Fundações.

“A UFRGS pode perder muito com a desaparecimento de fundações com as quais temos forte complementaridade visando a meta maior do desenvolvimento social.”

Francisco Marshall

ba na metrópole e no estado, área crítica da sociedade contemporânea? Que dizer da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), responsável pela seleção e formação continuada dos quadros públicos? E a Fundação Estadual de Pesquisa e Produção em Saúde (FEPPS), estratégica em área de grande demanda social e domínio cartelizado da indústria farmacêutica internacional? Que dizer do ataque à Fundação de Economia e Estatística, a FEE, coirmã de nossa Faculdade de Economia, órgão essencial para o monitoramento socioeconômico do estado, e, como as demais fundações, com quadros técnicos altamente qualificados e desempenho exemplar, em que predominam nossos egressos? Que dizer de todo esse covarde ataque a institutos comprometidos com

*Professor do Departamento de História (IFCH), fundador do coletivo ProsperArte



O Estado em disputa

Debate *Docentes discutem a amplitude e os limites da ação de entes públicos e privados*

O aumento das desigualdades no Brasil é um dos drásticos componentes que fazem parte do relatório *Repensem o trabalho, não a riqueza*, desenvolvido pela Oxfam Brasil e lançado no início deste ano. De acordo com o estudo, o patrimônio somado dos bilionários brasileiros cresceu 13% em 2017. Em contrapartida, os 50% mais pobres tiveram uma redução de renda de 2%.

Para dar uma noção de tal desigualdade, a professora Céli Pinto, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, remete ao conceito de bem-estar social. Segundo ela, basta caminhar na avenida Borges de Medeiros, em Porto Alegre, e comparar com a principal rua de Copenhagen, na Dinamarca. “Pronto, não precisa mais nada. Tá ali o que é bem-estar social. Não precisa nem buscar dados. As pessoas têm direitos básicos. Trata-se de uma sociedade que dá aos cidadãos condições mínimas para se desenvolverem. Aqui não se dá.” O professor Marcelo Portugal, da Faculdade de Ciências Econômicas, no entanto, considera impossível medir bem-estar social e defende a relevância dos índices de produção de riquezas. “Se nós pensarmos em desenvolvimento como PIB – para ter bem-estar tem que ter bens e serviços –, claramente é possível ter uma sociedade rica com uma distribuição de renda muito desigual. Não estou dizendo que é bom, mas é possível. E se nós acharmos que não é bom, como resolvemos isso?”, pontua o economista. Nesse contexto, de acordo com o professor Aragon Érico Dasso Júnior, da Escola de Administração, “não é qualquer concepção de Estado que realiza direitos sociais da forma como está na Constituição: saúde e educação como dever do Estado e direito para todos”.

Somos capazes de viver sem uma entidade que nos represente? Podemos atingir um estágio de desenvolvimento com a concentração de renda que vivemos? Com essas provocações, o JU promoveu um debate com a participação dos três docentes. A seguir, destacamos tópicos abordados por eles.

Desenvolvimento

Céli Pinto – Se nós pensarmos no Brasil ou em qualquer outro país do mundo, nenhum deles conseguiu ter um desenvolvimento razoável capaz de dar qualidade de vida ao seu povo com os níveis de desigualdade social que nós

temos no Brasil. Temos uma desigualdade tão profunda que nos incapacita de construirmos uma sociedade mais justa. Essa é uma desigualdade estrutural e histórica que precisa ser enfrentada, e acho que nenhum governo enfrentou no Brasil.

Aragon Dasso Júnior – Evidentemente não podemos atingir o estágio de desenvolvimento com a concentração de renda que vivemos. Evidentemente que não, mas também temos que discutir o conceito de desenvolvimento. Eu vejo desenvolvimento como um bem-estar, um bem-estar coletivo, e não como riqueza. Parto de uma premissa mais ampla, mais interdisciplinar de desenvolvimento não associado exclusivamente à riqueza.

Marcelo Portugal – O Estado, para o economista tradicional do século XX, era alguém que resolvia os problemas. No final do século XX e início do XXI, boa parte da teoria econômica começou a se dar conta de que o Estado é formado por pessoas e que essas pessoas possuem agendas próprias e, portanto, assim como existem falhas de mercado, vão existir falhas de Estado. Nem sempre o Estado resolve os problemas de que o mercado não consegue dar conta. Sim, temos que ter o Estado, mas ele não é a única forma de organizar. Ele divide essa função com o mercado. Temos que acertar o equilíbrio entre o papel de um e de outro. Quanto à questão do desenvolvimento, depende do que se entende por isso. Se desenvolvimento é bem-estar dos indivíduos, é uma coisa; se é simplesmente riqueza, é outra, totalmente diferente. Então, se nós pensarmos em desenvolvimento como riqueza, como PIB (Produto Interno Bruto) – para ter bem-estar tem que ter bens e serviços –, claramente é possível ter uma sociedade rica com uma distribuição de renda muito desigual. Pensemos na Inglaterra vitoriana, por exemplo. Uma sociedade extremamente rica e opulenta para os padrões da época e extremamente desigual. Pensemos na parte capitalista da China hoje, que é o litoral. Não estou dizendo que é bom, mas é possível. E, se nós acharmos que não é bom, como resolvemos isso?

Céli – Eu não entendo ou entendo muito pouco de economia, mas concordo plenamente que a ideia de desenvolvimentismo é uma

ideia complicada de se discutir se estamos pensando em Estados com maior igualdade social, com maior distribuição de renda. Nem sempre os grandes PIBs do mundo garantem isso, como Marcelo acabou de dar o exemplo da China. Acho que devemos vestir esse Estado com a luta política que isso envolve.

Aragon – Não considero que o mercado seja uma entidade nem tenha capacidade de organizar. Também não considero que a sociedade civil seja uma entidade e tenha capacidade de organizar. As transformações se dão pelo Estado, e a sociedade civil pressiona. Até num conceito de Estado ampliado gramsciano eu entendo sociedade civil e sociedade política. A sociedade civil pressiona a sociedade política para a realização de determinados direitos, mas ela tem que estar dentro desse conceito mais ampliado de Estado. O mercado, sim, está fora desse conceito, porque tem outras premissas. Agora, a sociedade civil não pode ser substitutiva da sociedade política. Aí a entrada desse conceito de terceiro setor e que gera uma confusão tremenda, porque temos uma gama tremenda de mercado disfarçado de sociedade civil, tentando prestar serviços públicos e tentando, de alguma forma, substituir a administração pública como braço administrativo político de uma liderança, de um governo.

Representação

Aragon – A questão da legitimidade da liderança tem um papel importante. Porque, se concordamos que é uma abstração, temos que debater essa liderança. O quanto ela é legítima ou o quanto tem legitimidade pra governar livremente por um período x de tempo ou que possa governar apenas sem descumprir a lei, mas sem que a legitimidade seja ferida a todo o momento. Há um esgotamento no modelo de liderança baseado na representação, e essa representação de tempo em tempo é renovada. E aí entra novamente a concepção de Estado. Por exemplo, se eu vou realizar um direito social dessa ou daquela forma, vou excluir o SUS (Sistema Único de Saúde) ou não vou excluir o SUS, isso precisa passar por um acordo social, precisa passar por algum grau de consulta vinculante. E não apenas os representantes tomando

decisões. [...] Outro conceito que eu queria trazer é o de sociedade civil, porque ele é decisivo neste debate.

Céli – Quando se fala em sociedade civil, temos que pensar que é uma sociedade recortada por classes, gêneros, raça, trabalho... Às vezes ela é vista assim, como Estado, economia e sociedade civil como um bloco monolítico. Eu também não acho que sociedade civil possa substituir o Estado. Quando substitui, fracassa. Sou uma pessoa que acha que representação nos representa. Tenho muito medo desse sonho do referendun. Essa coisa de chamar o povo para dar opinião em cima de propagandas e medos. Eu estive na Inglaterra durante o Brexit (referendo que decidiu a saída do Reino Unido da União Europeia), e as pessoas estavam em pânico. Mas a sociedade civil tem uma coisa, ela tem a força dos movimentos sociais. Nós temos estudado muito pouco isso. Hoje em dia, no Brasil, a força de movimentos comandados por jovens não é pouca coisa. Por todos os lados, direita, esquerda, centro. Feministas, negros e LGBT. Todos. Temos uma sociedade civil muito viva e jovem, mas descolada da política, esse é o problema. Ela tem que ser viva, mas em algum momento precisa se colar à política. As questões que se levantam são fundamentais, mas parece que o link da sociedade civil com a política se rompeu. Acho que o Brasil que vai conseguir se redemocratizar no momento em que a vivacidade que tem a sociedade civil conseguir se colocar politicamente. A democracia brasileira precisa ressurgir daí, senão vamos estar eternamente nesse problema de ‘ficar fazendo campeonato de quem é mais corrupto’, e isso não vai levar ninguém a lugar algum.

Aragon – Existem pontos de convergência e divergência nessa questão da sociedade civil. Considero que um ponto de convergência importante é a questão dos movimentos sociais. Me parece que ele é o oxigênio do conceito de sociedade civil. A minha crítica está relacionada ao fenômeno da “onguização”, ou seja, a multiplicação exponencial dessas figuras. Tu tens lá dois mil, três mil associações em meados dos anos 90 e hoje existem trezentas mil. Não é em razão de a sociedade brasileira ter ficado mais solidária e mais preocupada com o outro. Claramente é um mercado dis-

farçado de ONG. Os movimentos sociais são diferentes. Eles têm essa base popular e essa reivindicação quanto à sociedade política. Estão cobrando do Estado, fazendo pressão e lutando pela efetivação de direitos. Enquanto o fenômeno da “onguização” é a multiplicação dessas figuras em substituição ao Estado como prestador de serviço.

Serviço público

Aragon – Os direitos individuais – propriedade, vida, liberdade, segurança jurídica e igualdade perante à lei – são um arranjo que a gente encontra em quase todos os Estados no mundo hoje – aliás, tenho uma curiosidade: eles deixaram de ser chamados, pelo menos do ponto de vista da ordem interna, de direitos humanos. São chamados direitos fundamentais para poder garantir a abstração da pessoa jurídica. A questão da não realização dos direitos sociais, econômicos e culturais é o que de fato molesta. Porque aí é que a abstração do Estado não resolve, e a concepção de Estado é que vai fazer o enfrentamento desse debate. Os direitos chamados materiais não são cláusulas pétreas. O SUS pode desaparecer da nossa Constituição, a qualquer momento, por uma emenda constitucional. Ele não é uma garantia.

Marcelo – O professor Aragon menciona direitos individuais – como direito à vida, à liberdade, à igualdade perante a lei – e direitos sociais – que é o direito à educação, direito ao SUS. Eu gosto de dividir essas coisas entre direitos e benefícios, porque direitos são coisas que qualquer sociedade em tese deve garantir. Agora, tem outras coisas que sociedades ricas oferecem que outras que não são ricas não oferecem. E às vezes até as ricas não oferecem. Eu não estou dizendo que sou contra; sou a favor. Mas acho que tem de ser claro que é um benefício que é dado. Ninguém precisa transferir recursos para garantir direito à liberdade. Agora, para garantir o SUS, tem que taxar um e dar dinheiro a outro. E, para garantir o nível do SUS, alguém tem que fazer o serviço. Educação é a mesma coisa. Alguém vai ter que ir lá, e esse alguém é o tal do Estado. São benefícios sociais. São bons e devem existir. A gente bota como direitos porque quer passar uma coisa pela outra e dizer que são iguais, mas não são. São de natureza totalmente diferente.



Os professores Marcelo Portugal, das Ciências Econômicas, Céli Pinto, da Ciência Política, e Aragon Dasso Júnior, da Administração Pública



FOTOS VANESSA PETUCCI/UFU

Quando o professor Aragon diz que liberdade e direito à vida estão garantidos porque todo mundo faz, isso é porque não dependem do nível de riqueza e solidariedade social. Os chineses até hoje não têm previdência pública. Acho bom que a gente tenha, mas tem que ter consciência de que isso tem um custo. Pode ser feito pelo setor público ou privado. Temos um bom exemplo aqui que é a Santa Casa. Uma entidade privada. Ela atende pessoas e atende ao SUS. Aqui ela perde dinheiro, aqui ela ganha dinheiro. Transfere daqui para cá. Todo ano, a Santa Casa tira 150 milhões de reais que ganha atendendo particular e bota isso para cobrir os 60% dos atendimentos SUS. Ela tem uma série de benefícios fiscais, mas os benefícios não pagam o SUS. A Santa Casa faz o que o Estado faria.

Aragon – O conceito de mínimo existencial é isto: o que eu devo garantir minimamente para cada uma das pessoas. E daí a gente deve debater se essa garantia deve servir como uma contraprestação financeira ou se é uma obrigação estatal mesmo. Aí entra a discussão entre direito e benefício. Eu entendo como direito, não penso como benefício, uma dádiva. Porque, se não for um direito, esse Estado não é mais legítimo para mim. Se o Estado não me garante saúde, bom, então interessa reconhecer o direito à vida do outro? Aí é um passo para isso acontecer.

Céli – Eu queria voltar à Santa Casa. Não tenho nada contra a competência fantástica da Santa Casa, mas a questão é que não é da natureza do serviço público ser mau e ser ruim. Se a gente pegar a Inglaterra, que transformou seus serviços em caridade – o serviço inglês era muito bom e agora está muito ruim. Acho que a questão não é comparar a Santa Casa com o serviço público, mas sim não atribuir a natureza de ruim ao serviço público. Se o Brasil aumentou a expectativa de vida da sua população, o SUS não é um fracasso absoluto.

Nacionalismo

Céli – Se pensarmos na comunidade europeia, que começou lá em 1956 com o tratado de Roma, a tentativa foi exatamente de afrouxar os laços do Estado Nacional e criar alguma coisa supranacional para diminuir a possibilidade de guerra e gerar uma situação mais justa. A ideia de Estado Nacional

já não dava conta das questões fundamentais das sociedades e, inclusive, de uma convivência pacífica e uma circulação econômica e de pessoas, circulação da ciência, como se pensou na Europa. O que nós temos hoje é uma reversão muito assustadora disso. Ou seja, temos um hiper-nacionalismo surgindo na Europa. Todos esses partidos de extrema direita que aparecem na Áustria, na Bélgica, na França, na Itália, na Alemanha, na Inglaterra – o Brexit é uma prova disso – são absolutamente nacionalistas. Quando pensamos em Estado, temos de pensar também em como é que ele se mexe historicamente, e ele está se mexendo de uma forma muito confusa. Temos sempre de ver o que estamos pensando quando falamos nesse Estado. Ou seja, ele é a forma de organização da sociedade? Ele é a organização pública da sociedade através de leis para todos? Ele tem responsabilidades públicas? Agora, também o Estado é apropriado por grupos que o disputam legitimamente. A política é, em última instância, a disputa do Estado.

Marcelo – Existe algo de ruim acontecendo no mundo que está associado a isso que a professora Céli mencionou que é um ressurgimento dessa ideia do nacionalismo – o presidente Trump está colocando muito claramente isso. Acho que essa questão realmente é um problema. E o principal medo é que chegou nos Estados Unidos, porque representam 20% do PIB do mundo, ou pouco menos, talvez 18%. Não só por causa disso, mas porque eles têm lá não sei quantos porta-aviões, bombas – um poderio militar enorme. Realmente assusta. Acho que esse é um tema que pode gerar muito problema para o mundo. Na última vez que isso deu problema na Europa, morreram, sei lá, 60 milhões de pessoas. Então, não é um troço trivial. A globalização serviu, no mundo pós-segunda guerra, como uma forma de pacificar a relação entre os países. Tem uma piada que diz: quando os comerciantes param de cruzar fronteiras entre os países, não passa muito tempo os exércitos começam a cruzá-las. A melhor forma de você não brigar com alguém é ter uma relação tão forte, tão forte, que o seu interesse é o mesmo do outro. [...] Depois de 1945, tentou-se criar instituições supranacionais: Banco mundial, Fundo Monetário Internacional, o Acordo Geral de Tarifas,

que depois virou a Organização Mundial do Comércio, a própria Organização das Nações Unidas. Essa ideia da potência pacífica, que os mercados globalizados têm, está se perdendo. E o engraçado é que sempre veio pela esquerda isso. O Bill Clinton propôs a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que era fazer um Tratado Norte-americano de Livre Comércio (NAFTA) um pouco maior, como a comunidade europeia. E quem foi contra foi a esquerda nos diversos países. Eu acho que erradamente – sou um cara claramente internacionalista, gosto de coisas abertas, de fronteiras abertas, baixa tarifa, gosto que as pessoas, os bens e o capital possam migrar de um lado para o outro. Sou totalmente favorável a movimentação de capital, produtos e pessoas.

Aragon – Tenho uma divergência importante com essa questão das organizações internacionais e quero deixar bem clara. O NAFTA não pode ser exemplo para nada, em minha opinião. Essa é uma organização intergovernamental. Daí a gente já não vai mais estar falando de organizações internacionais supranacionais. Depois do fim da Guerra Fria, os Estados Unidos viram mais ou menos assim: “Para que me serve esse mundo organizado dessa maneira, com organizações internacionais, se eu posso ditar regras?”. Aí que entra a grande questão. Essas organizações internacionais não são organizações neutras, elas têm donos. Então, se olho lá para o próprio FMI ou para o Banco Mundial, os países têm cotas que eles aportaram de capital desde a fundação dessas agências financeiras – e assim se estabelece o maior ou menor peso para o seu voto. Se não estou equivocado, os Estados Unidos continuam sendo o único país que tem direito de veto tanto num como noutro, porque têm mais de 16% do capital. Mas a questão central é que essas organizações internacionais são, via de regra, intergovernamentais, ou seja, o Estado Nação dita as regras dentro dela. Não são supranacionais no sentido de uma soberania compartilhada. O único exemplo que a gente tem de soberania compartilhada é a União Europeia, e mesmo assim limitada, ou seja, está num estágio avançado para o resto do mundo, mas limitado, cheio de fases incompletas. O que eles



conseguiram chegar em acordo foi a zona de livre comércio e a união aduaneira, que vêm avançando mais. No caso do NAFTA, da ALCA, especialmente, me parece, sim, haver uma oposição. Eu entendo que a ALCA era prejudicial porque era só uma zona de livre comércio. Se isso fosse um ponto de partida para que um dia nós chegássemos lá num mercado comum, num modelo do tipo da União Europeia, eu poderia até dizer: “Bom, é processual”, mas nunca isso foi colocado sobre a mesa, nunca foi a ideia dos Estados Unidos. O que circula, na minha opinião, é capital, e as pesquisas mostram. Não circulam pessoas, não circulam trabalhadores; bens circulam se eu tiver capacidade de compra, se não também não vão circular, mesmo que estejam à disposição. Então, nessa amplitude de livre articulação de um monte de coisas, o que interessa mesmo é a circulação de capital, para que ele possa eventualmente especular e voltar. [...] Se queremos ter um organismo supranacional, a gente vai rediscutir o modelo de Estado, a gente vai rediscutir o que significa o poder legislativo e o poder judiciário, porque eles também têm que ser supranacionais: tem que eleger deputados e criar um judiciário que aplique sentenças e tome decisões. A gente não quer isso, só quer o livre comércio. E o mundo inteiro só quer o livre comércio nesse sentido mesmo de zona livre. E aí eu vou para o empirismo, professor Marcelo: os exemplos mostram que o mundo não quer nada além de livre comércio, ele não quer chegar na livre circulação de trabalhadores e de pessoas; a União Europeia é exceção. A gente pode buscar na história da metade do século XX para cá que a gente não encontra.

Marcelo – O ponto é que, na União Europeia e em outras

experiências desse tipo, quanto mais você integra economicamente, isso vira um processo em que você sai de uma mera aliança para a movimentação de bens e capital e vai para a movimentação de pessoas. O livre comércio é o primeiro passo para um acordo muito mais amplo. Só o livre comércio já é um grande avanço, mesmo que fique só nisso, porque aumenta o PIB. Quanto mais a gente dá liberdade de movimento para bens, serviços e pessoas, mais o PIB geral aumenta, mas sempre tem algum grupo que perde, o que gera o voto no Trump. A Dilma e o Trump agiram igual, esquerda e direita são idênticas nesse aspecto. Ambas são protecionistas. O Trump tirou os impostos das empresas lá, a Dilma desonerou aqui. O Trump fecha a economia, colocando tarifas lá; a Dilma fez a mesma coisa aqui. Você acha que o maior protecionismo vai acabar com a miséria da Bolívia? Não, aumenta. A Bolívia é o caso mais emblemático de aplicação do socialismo. Já era ruim, mas hoje está muito pior. Mas o que vemos ao longo do tempo é que o livre comércio aumenta o PIB. Essa ideia de proteger o capital nacional é um atraso. Esse atraso que era da esquerda latino-americana agora é da direita norte-americana. A gente tem que se desapegar desses atrasos. O mundo só melhorou nos últimos anos. A distribuição de renda no mundo melhorou. Nos Estados Unidos piorou, mas no mundo melhorou. Tem muitos chineses e indianos que saíram da linha de pobreza. É óbvio que o mais difícil não é a livre circulação de bens e capital, mas a livre circulação de pessoas. Isso não tem a ver com economia, mas com nossos sentimentos de ver o outro como o diferente. E o diferente eu não quero que venha para o meu país.



Chal

Cultura Os caminhos de

Ânia Chala

A busca por uma ideia mais clara da diversidade da produção musical sul-americana motivou o compositor e produtor Benjamim Taubkin a viajar pela América do Sul no início dos anos 2000. Interessado no diálogo com outras culturas, ele explica como teve início a sua jornada de descoberta da cultura latino-americana: “Eu me perguntava o que acontecia nesses países. Por que nada sabíamos? Era um desconforto esse desconhecimento. Em 2001, acabei indo para a Argentina e o Uruguai. Dois anos mais tarde, percorri também a Colômbia, a Bolívia e o Peru. O projeto *América Contemporânea* surgiu em 2005 a partir dessas viagens e dessa curiosidade. Imaginava que haveria alguma produção pós-Violeta Parra, Mercedes Sosa, mas não esperava encontrar a riqueza, a diversidade e a vida inteligente que existiam de fato. Foi um choque, no melhor sentido. E isso reforçou a ideia da barbárie que é esse pouco contato, esse mínimo conhecimento. Ao mesmo tempo, pude ver o quanto eles conhecem a nossa produção, a admiram e não têm nenhum julgamento negativo por essa falta de proximidade. Dizem compreensivamente que nosso país é gigante, o que, de certa forma, é verdade. Isso para mim explica, mas não justifica”. Inspirado nesses encontros, o pianista e arranjador paulista desenvolveu o projeto que reuniu o coletivo de artistas oriundos de sete países sul-americanos para a produção de um CD lançado em 2006 e para a realização de uma série de shows Brasil a fora.

Ao lado de Demétrio Xavier e Leonardo Croatto, Benjamim é um dos curadores da série *Têmpano América*, que o Unimúsica 2018 apresenta a partir deste mês (leia mais no destaque da página 14 desta edição).

Alô, Brasil – Na visão do músico porto-alegrense Demétrio Xavier, para pensarmos as conexões entre o Brasil e os demais países sul-americanos, é importante lembrar o *Manifesto del Nuevo Cancionero*, lançado no começo dos anos 1960 pelo poeta e radialista Armando Tejada Gómez ao lado de gente como Oscar Matus, Tito Francia e Mercedes Sosa. “Esse documento se inspirou nas intenções do movimento do Cinema Novo de Glauber Rocha. Isso é legal como um exemplo de que é bastante possível que os países hispano-americanos estejam muito mais ligados em nós do que o contrário. Que essa barreira tenha muito mais um sentido do que outro. Pouco depois daquele movimento – que tinha esse fito americanista –, Félix Luna fez junto com Ariel Ramirez uma convocação ao Brasil por meio da música *Canta tu canción*, gravada por Mercedes Sosa no álbum *Cantata Sudamericana*. Em ritmo bossa-nova, a letra era um chamamento aos brasileiros que dizia assim: ‘Perfil del continente/canta igual que

Arta sul-americana

um diálogo possível e desejável entre a produção musical brasileira e hispano-americana

yo/Gigante amigo mío/canta tu canción. Tudo isso como quem diz: ‘Tchê, te mexe e te mexe americanamente!’”

Para Demétrio, que manteve por sete anos o programa *Cantos do Sul da Terra* na rádio FM Cultura da extinta Fundação Piratini, o fato de, invariavelmente, as pessoas chamarem a música hispano-americana de latino-americana revela um sintoma de linguagem bem claro: “o Brasil está afirmando: ‘Eu não sou latino-americano’. Aqui a gente costuma dizer que o Marcelo Delacroix canta música brasileira, enquanto o Demétrio canta música latino-americana. Será que alguém na França diria que fulano canta música alemã e beltrano canta música europeia? Com esse discurso, já assinamos embaixo que estamos excluídos do continente!”

O músico também se diz farto das explicações para isso, mesmo daquelas mais convincentes, como as barreiras construídas por meio da política ou por interesses de fora do continente. “Tudo isso é verdadeiro, mas é como aquele cara que aprende um discurso meio psicanalítico e explica qualquer bobagem que fizer ao longo da vida por dois episódios da sua infância. Acho que tem uma altura na vida em que isso não é mais possível para um sujeito adulto que se constrói. Estamos perdendo um mundo de cultura hispano-americana por puro desleixo ou preconceito”, critica.

Barreiras reais e imaginárias – De acordo com Benjamim, o diálogo entre a música do Brasil e a produção musical dos demais países latino-americanos vem crescendo, mas necessita de governos e instituições interessadas, além de uma mídia independente forte. Otimista, ele acredita que, embora sejam muitos os desafios, pouco a pouco a integração irá acontecendo. “Festivais como *El mapa de todos*, *Soy latino* e *Mucho* são fundamentais e têm tido boa frequência de público, oportunizando a formação de novos ouvintes. Outros, como *Rec Beat*, apresentam grupos latinos em sua programação”, argumenta.

Ele recorda, ainda, que, frente à barreira do idioma, uma geração de músicos das décadas de 1960 e 1970 assumiu a missão de criar pontes capazes de definir uma maior circulação cultural entre os países latino-americanos. “Foi uma época em que as ditaduras militares no continente acabaram aproximando artistas e povos. Com a ‘democratização’, essa proximidade arrefeceu. Mas, pouco a pouco, vem acontecendo novamente. Os escritores cumpriram um papel importante, assim como o cinema argentino”, pontua.

Essa visão positiva é compartilhada pelo diretor do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados da UFRGS (ILEA), José Vicente Tavares-dos-Santos: “Durante a ditadura, muitos brasileiros se exilaram no Chile. Depois, durante a vigência dos regimes

de exceção dos países vizinhos, tivemos um fluxo acentuado de uruguaios, argentinos e chilenos que buscaram abrigo no Brasil. Mais recentemente, passamos a receber um número crescente de estudantes, professores e pesquisadores desses países, no contexto da internacionalização do ensino superior, ao ponto de, dentre as universidades públicas brasileiras, a UFRGS ser hoje uma das instituições que mais recebe estudantes da América Hispânica”.

Tal quadro, para o professor José Vicente, é indicativo de que estamos num processo de superar o estranhamento em relação à cultura hispano-americana. “Talvez por vir do campo da Sociologia ou pela atuação no ILEA, sou extremamente otimista. A minha geração era totalmente francófona, depois passamos a uma geração anglófona e, agora, estamos numa geração polifônica. Se olharmos o caso do Instituto Confúcio, temos um exemplo claro de diálogo com uma cultura que há uma década era pouco expressiva entre nós. Penso que evoluímos da monodependência linguística à polifonia. No Rio Grande do Sul, temos uma polifonia que inclui o italiano, o alemão e também o espanhol, especialmente

“Somos uma experiência única, construída com muitíssima violência ao longo de cinco séculos em que a pluralidade de etnias foi silenciada pelo argumento do ‘cadinho de raças’ – um discurso ufanista que tenta apagar as diferenças”

Demétrio Xavier

nas áreas de fronteira, onde oportunhol hoje é considerado não um erro, mas um novo dialeto. É preciso ficar atento a essas manifestações de integração que se tornam mais claras em eventos como a Bienal do Mercosul, a Feira do Livro ou a experiência dos Fóruns Sociais Mundiais ocorridos em Porto Alegre”, avalia.

Lutas comuns – Demétrio considera que houve um processo histórico que beneficiou o nosso estado e que não foi casual: “Temos uma quantidade importante de bons artistas uruguaios e argentinos no campo da música que vieram para cá fazer sua vida, tentar

sobreviver. Eles não cruzaram a fronteira pensando em fazer a união latino-americana, mas porque ‘o bicho estava pegando’. É assim que a nossa história foi enriquecida por gente como o Talo Pereyra, o Lúcio Yanel, o Martín Coplas e tantos outros caras excelentes”. Seguindo o músico, canções como *Milonga de andar lejos*, do compositor Daniel Viglietti, traduzem perfeitamente a situação desses exilados dentro do continente: “Qué lejos está mi tierra/ Y, sin embargo, qué cerca/ o es que existe un territorio/ donde las sangres se mezclan./ Tanta distancia y camino,/ tan diferentes banderas/ y la pobreza es la misma,/ los mismos hombres esperan”.

Ainda conforme Demétrio, talvez exista uma tensão, uma angústia muito pesada e fértil relacionada à nossa condição mestiça de invasores e invadidos, de conquistadores e conquistados. “Porque nenhum de nós pode afirmar que pertence àquela etnia que chegou aqui e cometeu atrocidades impondo sua visão de mundo ou dizer que pertence ao grupo que foi invadido e colonizado. Somos uma experiência única, construída com muitíssima violência ao longo de cinco séculos em que a pluralidade de etnias foi silenciada pelo argumento do ‘cadinho de raças’ – um discurso ufanista que tenta apagar as diferenças.” Nesse sentido, recorda um episódio que presenciou nos anos 1970, no auge do governo do general-presidente Ernesto Geisel, quando foi à formatura de um tio no curso de Direito, na qual havia apenas um formando negro. “A plateia aplaudiu de pé, sublinhando a excepcionalidade daquilo, mas até hoje tenho dúvida se aquela foi uma manifestação necessária ou se acabou agravando ainda mais a situação de estranhamento. Algo como aplaudir a própria vergonha de ter um único negro naquele grupo. Acredito que para aquele rapaz possa ter sido terrível ter a sua colação de grau transformada em espetáculo. Não dá para cair na conversa do ‘cadinho de raças’, que é extremamente violenta e autoritária, pois as etnias oprimidas no passado são as mesmas que ainda hoje sofrem as consequências da discriminação.”

Independentemente disso tudo, Demétrio lamenta que os brasileiros percam muito da informação hispano-americana em grande parte por razões de mercado e mesmo de preconceito. “Enquanto um argentino sabe de um bom cantor colombiano, mesmo que ele não esteja em evidência na mídia e que não seja uma Shakira, no Brasil não temos ideia desse sujeito. Aliás, não temos ideia nem dos argentinos, mesmo que eles estejam aqui ao lado. Já eles, de alguma maneira, desfrutam da ‘situação de comunidade hispano-americana’”, observa.

Tecnologia sob suspeição – Questionados sobre as possibilidades abertas pelo acesso atualmente oferecido pelos serviços de compartilhamento de música via internet, Benja-

mim e Demétrio se mostram céticos.

Para Benjamim, a experiência de ouvir música pelos serviços de streaming, que aparentemente seria um grande portal de entrada e saída, acabou seguindo a mesma lógica do mercado. “A internet parece não funcionar sozinha, seguindo a importância dos investimentos em propaganda, mídias tradicionais, etc. Além disso, as pessoas, em geral, buscam na rede aquilo que já conhecem. Assim, a internet funciona de forma criativa para um público ativo e não passivo, que ainda é em número pequeno”, sentencia.

Essa interpretação é corroborada por um estudo realizado pela Universidade de Washington, em 2013, sobre o poder da familiaridade nas escolhas musicais. O levantamento ouviu mais de 900 universitários que se auto-declaravam apreciadores de novos sons. No entanto, quando confrontados com escolhas reais entre pares de músicas, a maioria dos entrevistados optou por aquelas músicas que já havia ouvido mais vezes.

Por outro lado, Demétrio argumenta que muita gente sequer ouve uma faixa inteira. “Quem me falou disso foi o Pedrinho Figueiredo, mencionando uma pesquisa segundo a qual as pessoas escutam 20 segundos de cada faixa. É uma leviandade não no sentido moralista, mas por tratar com leveza o que não necessariamente é leve. É como passar correndo por algo em que tu deverias te deter.” Na opinião do músico, existe um conceito de música mundial e um interesse das pessoas por ouvirem música de toda parte, o que é importante. Porém, para ele, na maior parte das vezes, quando se ouvem essas canções, percebe-se que são sonoridades dos Estados Unidos da América mescladas com linguagens regionais. “Isso não é prescrever proibições à arte criativa, mas pra mim tem um forte aspecto colonialista. Acho muito lindo ouvir um bom blues feito por um guatemalteco. Agora, compreender a música do mundo a partir das sonoridades estadunidenses feitas com sotaques regionais é um descuido de quem está fazendo, é não prestar atenção à carga ideológica que isso tem. Me parece leviano. Penso que artisticamente tu tens toda a liberdade para usar as informações que quiseres, mas isso nunca significou abrir mão do conhecimento e da consciência.”

É por esse motivo que Demétrio comemora a ideia da série *Témpano América*, pois acredita que ela se propõe a mostrar o que as pessoas estão realmente querendo dizer. “Óbvio que 100 por cento de êxito não existe na comunicação, mas aposto pelo menos nessa intenção de se desalienar. E ainda acredito no rádio como o principal canal para fazer a ponte entre as diferentes produções musicais e seus públicos, porque as produções são caras! Fazer um festival acaba limitando o público em relação às possibilidades de alcance do rádio”, conclui.



Construção solidária

Extensão Associação ligada ao Núcleo de Economia Alternativa da UFRGS propicia um meio de resistência e reinserção na sociedade para pessoas que enfrentam sofrimento psíquico

“O que me faz parecer saudável, hoje, é que eu luto contra a esquizofrenia de uma maneira diferente de antes, mais esclarecida”, conta Rafael Lisboa Terreano, tesoureiro da Associação Construção. Importante em seu tratamento, a associação, criada com o objetivo de incluir pessoas com transtornos psíquicos na sociedade, foi incubada em 2014 pelo Núcleo de Economia Alternativa da UFRGS (NEA), vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas, em parceria com o Geração POA – órgão municipal que atende esse público na capital gaúcha.

O gerente do NEA, Gilmar Gomes, ressalta, contudo, que a associação não é um espaço de terapia ocupacional, mas a utiliza para desenvolver o “trabalho como inclusão, dentro dos princípios da economia solidária”. Nesse modelo de gestão econômica, os usuários dividem igualmente os lucros, mas a ideia principal é a de colaboração e de respeito no trabalho. No caso da Construção, por lidar com indivíduos em tratamento de diversas questões ligadas à saúde mental, a rotina de produção é flexibilizada e moldada para o bem-estar dos associados.

O empreendimento solidário confecciona canecas e camisetas com as técnicas de serigrafia e de sublimação. Os objetos foram escolhidos tendo em vista os gastos

com material, a procura e o retorno financeiro – lógicas básicas do mercado. Para os primeiros anos do projeto, os associados tiveram oficinas de arte com bolsistas da UFRGS – muitos, nesse processo, se descobriram artistas. Atualmente, o grupo possui dois pontos de venda, um dentro do Theatro São Pedro e outro na Cinemateca Capitólio, ambos no centro de Porto Alegre. Além disso, os usuários são convidados a participar dos encontros de saúde mental, realizando, então, materiais com frases que tratam dos direitos e das vivências das pessoas que apresentam algum sofrimento psíquico.

Protagonismo e luta – Rafael, hoje com 54 anos, recebeu o diagnóstico de esquizofrenia há mais de 30. “No começo eu não queria aceitar, fui internado diversas vezes”, relata. Isso dificultou muito a sua inserção no mercado de trabalho tradicional. No grupo desde a elaboração do estatuto da associação, ele considera que os melhores momentos no empreendimento são os dias de ajuda mútua. Junto com o Geração POA e a Construção, ele viu que era possível pessoas com a sua condição atuarem na sociedade. “Há lugares em que a gente pode se posicionar, criar raízes e ganhar dinheiro. Pouco ou muito, dá dinheiro. Mas não faço por dinheiro, faço

por bons resultados.” A UFRGS, na sua visão, foi essencial para que a associação saísse do papel e, posteriormente, conseguisse o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). “Parece que a Universidade sabia tudo o que era necessário fazer, nós só precisamos nos movimentar”, revela.

A ex-secretária Vera Mansur, de 56 anos, sofre de ansiedade e encontrou na associação um refúgio para não ficar reclusa em casa. Aposentada, ela não consegue manter uma alimentação saudável e praticar exercícios. “Sou ansiosa e como demais. Só de pensar em comida já quero comer. Os médicos queriam que eu fizesse a cirurgia bariátrica, mas eu disse que o meu problema está na mente”, relata. Depois de ser encaminhada para o Geração POA por uma enfermeira, Vera conheceu a Construção. “Convivo com pessoas com diversos tipos de comportamento. A gente acaba vendo que ninguém é normal mesmo. Eu cresci demais nesse sentido”, afirma.

A costureira Lucinede Gomes da Silva, colaboradora desde 2015, gostaria que fossem adquiridas máquinas de costura para a customização de roupas, e assim expandir as atividades do grupo. Para ela, a ideia de economia solidária, em que cada um pode sugerir o que lhe faz bem dentro da organização, eleva a autoestima do trabalhador. “Não somos

máquinas. Aqui dentro todos atuam no segmento em que ficam mais à vontade. Sentir-se útil, e não um estorvo, isso faz bem!”, comemora. Segundo Lucinede, a Construção também é muito expressiva na luta pelos direitos e pelo cumprimento da lei antimanicomial. “Hoje existe um retrocesso na lei, mas nós somos a prova de que, em muitos casos, os indivíduos podem ser encaminhados para centros de referência para descobrirem algum talento”, afirma.

Troca de experiências – A bolsista de contabilidade Paula Padro, que ingressou no projeto há pouco, está entusiasmada: “Acredito muito no núcleo de economia alternativa! Estou numa posição privilegiada, não preciso trabalhar agora em uma grande cooperativa. Acho essencial que a gente tenha essa experiência”. O pai da estudante é educador físico e trabalha no Hospital Psiquiátrico São Pedro: por isso o contato com esse tema a instiga. Na associação, a estudante irá oferecer oficinas para capacitar os usuários a lidarem com as finanças e os trâmites burocráticos necessários para estruturar o empreendimento.

Já a psicóloga e residente em saúde mental coletiva da UFRGS Ilana Nicilovitz participa do projeto e garante que seu papel não é de curar ninguém

na associação. “Estou aqui como colaboradora, não como técnica”, ressalta. De acordo com ela, a posição da UFRGS nesse espaço enriquece a formação dos profissionais. “É um pensar e fazer diferente com relação à saúde mental. Não é lugar de tratamento e de detenção de saber. É uma troca de conhecimentos”, alega. Ilana acredita ser um desafio não tirar o protagonismo dos usuários com sofrimentos psíquicos. “É muito difícil não tomar a frente. Às vezes nada acontece, mas talvez não acontecer nada seja importante para eles”, pondera.

Esse respeito ao funcionamento do coletivo e a perspectiva de humanização das relações de trabalho são possíveis flagrar nos detalhes: em meio à reunião dos membros da associação, Vera faz uma ligação para um associado que estava ausente: “Sérgio, você vem?”. Após uma resposta negativa do outro lado da linha, ela replica: “Não tem problema”. Mais tarde explica: “O Sérgio perdeu a mãe recentemente. Estamos dando um tempo para ele se recuperar”. Lucinede complementa: “Aqui cada um tem o seu ritmo, não queremos reproduzir o que temos aos montes no mercado aí fora”.

Bárbara Lima,
estudante do 5.º semestre de
Jornalismo da UFRGS



Os produtos confeccionados pelo grupo são comercializados em pontos de venda no Theatro São Pedro e na Cinemateca Capitólio, ambos no centro de Porto Alegre

Pela soberania nacional

Energia

O consultor legislativo Paulo César Ribeiro critica a política de preços de combustíveis praticada no país e defende que a Petrobras é fundamental para a autonomia brasileira no setor

Com longa trajetória no Centro de Pesquisas da Petrobras, experiência que o levou a doutorar-se em Engenharia Mecânica pela Universidade de Cranfield, na Inglaterra, Paulo César Ribeiro Lima é duro nas críticas à política de preços estabelecida pelo ex-presidente da estatal Pedro Parente. Autor de artigos de referência na área do petróleo e consultor legislativo em recursos minerais, hídricos e energéticos no Congresso Nacional, ele ressalta que os valores que chegam às bombas estão muito acima dos preços do mercado internacional. Independentemente de suas apreciações críticas, para o especialista, a manutenção de uma estatal na área de energia do porte da Petrobras é fundamental para a soberania brasileira.

A Petrobras está quebrada?

Não. Ela esteve muito endividada, que é diferente de estar quebrada. E a dívida tem muito a ver com os investimentos que a empresa fez em função da descoberta do pré-sal e com o superfaturamento de obras. Mas não é verdade que essa dívida era impagável. A geração de caixa e o lucro operacional da Petrobras são muito altos. Também nunca houve risco de não se pagar a dívida, já que a empresa sempre teve uma situação econômica muito boa.

Por que se paga tão caro o diesel, a gasolina e o gás de cozinha?

O preço do diesel e do GLP [gás liquefeito de petróleo] foram estabelecidos em patamar elevado, assim como há uma margem muito grande de lucro no transporte, na distribuição e na venda. Descontados os tributos, o brasileiro pagou o preço do diesel na bomba, antes da greve dos caminhoneiros, no período Pedro Parente, em média, 40% mais do que um consumidor de diesel



ANTONIO ARAUJO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

dos Estados Unidos e da Europa. O grande problema do Brasil é que pagamos demais, independentemente do tributo. O GLP também é altíssimo – a Petrobras estava vendendo muito acima do mercado internacional. A gasolina também, ainda que nos últimos meses tenha se equiparado com o mercado internacional. Agora, a grande imprensa nunca vai falar disso, mas é só pegar o dado do próprio Ministério de Minas e Energia – tenho todos os relatórios. Falo sobre isso no Congresso Nacional; ou você acha que algum dia a Globo vai me entrevistar? Não vai.

Em um artigo, você disse que, se a Petrobras fosse privatizada, não teríamos feito a pesquisa pra descobrir o pré-sal. Por quê?

Tive muito contato com profissionais da Shell durante meu doutorado e discutíamos muito os procedimentos das empresas em relação à exploração e produção. Nas companhias privadas, os riscos são muito bem avaliados: se você perfura um poço, e ele está seco, o gerente é muito cobrado, pois a empresa investiu dinheiro nisso. Na Petrobras é um pouco diferente. Quando, em 2006, a probabilidade de existir um reservatório de petróleo no pré-sal era altíssima, mas as possibilidades de esse reservatório ter alta produtividade era baixíssima, mesmo assim se investiu. Com a lama da água e a camada de sedimentos, além das pressões elevadas, não é alta a possibilidade de grande produtividade. Uma companhia privada não investiria nessa pesquisa, mas,

como a Petrobras é uma empresa estatal, é possível perfurar. Isso foi feito e encontrou-se um reservatório com altíssima produtividade. Uma empresa privada não teria arriscado um investimento de 250 milhões em cada poço.

Você acha que, diferentemente da empresa privada, o pesquisador é mais valorizado em uma estatal?

É preciso entender que entre uma e outra os compromissos são diferentes. Por exemplo, o compromisso da Petrobras, na maior parte do tempo em que trabalhei lá, era abastecer o mercado nacional de combustível, buscando autossuficiência. A meta da empresa privada é o lucro, e são diferentes os riscos que o gerente corre. Ele pode ser demitido, a companhia pode perder oportunidades e credibilidade no mercado.

Isso não é uma das críticas que se faz ao setor público, não visar ao lucro?

Esse é um dos grandes elogios que se deve fazer ao setor público. A Petrobras, por exemplo, não existe para que sejam feitas políticas como as implementadas pelo ex-presidente Pedro Parente [que saiu durante a recente greve dos caminhoneiros]. Faltava visão estratégica para ele. Cansei de falar no Congresso: “Essa política do Pedro Parente vai dar uma m... muito grande se o preço do petróleo subir”. Você sabe quem mais me procurou durante a crise? Os parlamentares da direita. Os deputados de esquerda não vieram me questionar sobre esse problema.

Por que exportar mais barris de petróleo é um mau negócio para o Brasil?

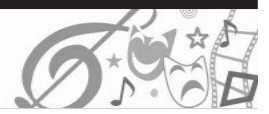
Ao contrário do que dizia Pedro Parente, a empresa que ele gerenciava tem uma grande capacidade de refino. Ao colocar os preços acima do mercado internacional, as empresas e distribuidoras perceberam que, no Brasil, tinham uma oportunidade de negócios. No dia anterior à greve dos caminhoneiros, a Petrobras estava vendendo diesel na refinaria a R\$ 2,33 e no mercado internacional devia estar na faixa de R\$ 2,10. Quando o setor privado do país começou a importar diesel, a Petrobras teve que reduzir a produção de derivados nas refinarias, porque os postos de gasolina e distribuidores começaram a ficar com estoque de diesel. Assim, foi necessário reduzir a carga de produção nas refinarias. O Parente implementou a medida e, no final de abril, o estoque de petróleo estava em 68,1%, ou seja, a Petrobras estava deixando de ganhar dinheiro com a venda de diesel. A companhia estatal poderia, por exemplo, vender o combustível a preços internacionais e abastecer quase todo o mercado nacional. Porém, como nos últimos anos o Brasil tem sido exportador de petróleo, aumentou a importação de diesel. O argumento é que essa prática maximiza o lucro da empresa e o retorno pro acionista da Petrobras.

Como o senhor avalia que o governo resolveu a recente crise com os caminhoneiros?

Da pior forma possível, eu fiz

as contas. Antes da crise, se o petróleo estivesse estável e fosse vendido por 71 dólares, a Petrobras ia ter uma margem de lucro de 150%. Quando Pedro Parente falou que ia baixar o diesel para R\$ 2,10, a margem de lucro baixaria para 126%. Então, quando vem essa subvenção de 30 centavos proposta pelo governo em que se tiraram recursos orçamentários de áreas sociais, saúde, educação, combate à violência contra a mulher, isso é feito para garantir margens de lucro estratosféricas para a Petrobras, além de lucros privados dos importadores de diesel. O que o governo fez é criminoso, e foi criminoso antes da crise e depois dela. Essa é a pior maneira de resolver os problemas. Se você quer baixar o tributo do diesel, da gasolina, deve fazer isso quando o preço do petróleo estiver muito alto e quando a margem de lucro for muito elevada, então você vai tributar a renda ou a exportação do petróleo cru e usar esse tributo arrecadado para reduzir a PIS/Confins do combustível, mas nunca com subvenção para garantir lucros estratosféricos. Essa alternativa do governo é inacreditável, e o problema é que a população não sabe que está tendo uma subvenção para manter o lucro estratosférico da Petrobras. Se o brasileiro soubesse, acho que não iria aceitar.

Samantha Klein e Jacira Silveira, repórteres, e Samara Onofre, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da UFRGS



Embate continental

Samantha Klein

As relações político-diplomáticas entre a Argentina e o Brasil sempre foram um misto de parceria e competição. É inegável, no entanto, que o comércio entre as duas nações constitui um dos alicerces do Mercosul, tendo se consolidado a partir do acordo comercial. Por seu gigantismo, o Brasil ensaiou um posicionamento de liderança regional na América do Sul, o que é fortemente questionado pelo país vizinho. Para refletir sobre o

“Os veículos de comunicação argentinos foram os que mais questionaram a posição brasileira tanto na sua circunstância de líder quanto na sua condição de nação hegemônica”

André Luiz Reis da Silva

tema, a Editora da UFRGS lança o livro *Inserção internacional da Argentina e do Brasil: desafios da política externa e de defesa*, organizado por André Luiz Reis da Silva e Eduardo Munhoz Svartman, professores dos departamentos de Ciências Econômicas e de Ciência Política, respectivamente. A obra inaugura a série Sul Global da edi-

tora e reúne textos, em português e espanhol, de pesquisadores de sete universidades.

Em um dos artigos, que trata de análise sobre o impacto do Brasil na imprensa da Argentina e da Venezuela, é possível perceber as divergências que a política externa e os fatos políticos e econômicos incidem sobre os vizinhos. “Os veículos de comunicação argentinos foram os que mais questionaram a posição brasileira tanto na sua circunstância de líder quanto na sua condição de nação hegemônica. Isso pode ser compreendido pelas dificuldades no comércio bilateral entre Argentina e Brasil e pela insatisfação com as iniciativas de integração regional. Além disso, refletem resistência dos argentinos em aceitar a influência do colega de Mercosul”, ressalta o professor André Reis da Silva.

A questão da hegemonia brasileira no continente é um tema sobre o qual os teóricos das Relações Internacionais se debruçam constantemente. “O tamanho do país impressiona, mas não é somente isso o que transforma uma nação em líder. A liderança regional é a junção da capacidade com a vontade de liderar a partir de propostas e interesses políticos que beneficiem os liderados. A presença do Brasil na América do Sul é forte, mas o que vemos ultimamente é o desengajamento do país nas questões regionais. O caso da Venezuela, por exemplo, ao ter tomado o partido da oposição ao presidente Nicolás Maduro. Qualquer potência regional resguarda o seu status quo de equilíbrio, e não é o que o Brasil tem feito”, destaca o docente.



Prédio do Congresso da Nação Argentina, em Buenos Aires, sede do poder legislativo

Além de políticas de defesa e comércio, o livro versa sobre a crescente influência chinesa no continente a partir dos anos 2000. O capítulo *El impacto de la relación con la República Popular China en la estructura de la política exterior argentina reciente: autonomía o nueva dependencia?*, de Alejandro Cesar Simonoff, traz como foco a possibilidade de uma parceria quadrangular entre Estados Unidos, China, Argentina e Brasil ou de uma nova dependência, apenas com um ator adicional, no caso, os chineses.

A discussão, de acordo com André, paira entre a oportunidade

e a ameaça: “A preocupação com a retomada da venda somente de commodities é muito forte no Brasil e na Argentina. O gigantismo chinês a torna facilmente um dos principais parceiros comerciais. Por outro viés, a China também é investidora. Nesse sentido, a par-

ceria ganha outros rumos”. O pesquisador considera que as relações bilaterais devem ser analisadas; a medida mais urgente, porém, é não romper com o Mercosul, considerado fundamental para as exportações de manufaturados do Brasil e da Argentina.



Inserção internacional da Argentina e do Brasil: desafios da política externa e de defesa

André Luiz Reis da Silva e Eduardo Munhoz Svartman
Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018
394 páginas | R\$ 40,00



Gigante Figura

Fabrizio Silveira | Ilustrações de Denny Chang
Porto Alegre: Riacho, 2018
176 páginas | R\$ 30,00 (valor médio)

Um estranho entre nós

A partir do que definiu como um experimento em transfuncionalidade em sua primeira incursão pela escrita literária, Fabrizio Silveira desenvolveu, ao mesmo tempo, um exercício de reinvenção de uma biografia e um estudo de arqueologia da mídia que se apresenta como uma narrativa de ficção. A ideia do livro nasceu da leitura da biografia de Ugo Battista (1876-1916) publicada pelo crítico literário Nico Orengo em 1984. O personagem – conhecido em sua época como o Gigante dos Alpes Marítimos – se notabilizou nas feiras de atrações que percorriam a Europa na virada do século XIX para o XX. No contexto da belle époque, Ugo, o primogênito de uma família de agricultores na pequena aldeia de Vinadio, no norte da Itália, deixa sua terra natal e se instala em Paris, fugindo da monotonia e do sacrifício diário de uma rotina entre colheitas e plantações. Aos 15 anos, ingressa no mundo do entretenimento a convite de um empresário do então próspero ramo circense. Assim nasce Ugo Baptiste, “cidadão francês” que passa a integrar o

espetáculo de figuras humanas incomuns reunidas em torno da lógica assumida pelos *freak shows*. Por meio de capítulos curtos, ao estilo de pequenas crônicas, o leitor é levado a acompanhar momentos históricos marcantes, como a passagem do cometa Halley, em maio de 1910, evento que anunciava o fim do mundo na leitura da imprensa do período e que abriu espaço para toda sorte de superstições e para o lançamento de delirantes engenhos, visando salvar os sobreviventes dessa catástrofe. Ao lado desses acontecimentos reais, o autor também descreve encontros fictícios, como o diálogo de Ugo com o homem elefante, outra atração circense da época, ou sua narrativa da trágica morte do alfaiate voador, que se jogou da Torre Eiffel vestindo um de seus trajes inovadores. Além de descreverem o assombro de um período no qual se viviam os primórdios da cultura da mídia, as histórias retratam o mundo do circo como primeiro dispositivo midiático de um tempo em que o cinema estava surgindo e a fotografia se popularizando. (Ânia Chala)



20 Relatos Insólitos de Porto Alegre

Rafael Guimaraens
Porto Alegre: Libretos, 2017
216 páginas | R\$ 34,00 (valor médio)

Histórias em Porto Alegre

Conhecer a própria cidade é mais do que nomear suas ruas e avenidas, indicar pontos turísticos ou recomendar um roteiro gastronômico – é também saber relatar um pouco de sua memória. Se esses relatos vão para além do que diz a história oficial e revelam curiosas crônicas urbanas, então a leitura pode provocar conversas prolongadas, recheadas de causos. Ler *20 Relatos Insólitos de Porto Alegre*, do jornalista Rafael Guimaraens, é uma prazerosa oportunidade para nos inserirmos num repertório de momentos recentes e antigos vivenciados por pessoas conhecidas ou anônimas de Porto Alegre. O acesso a tais rotinas foi possível ao autor justamente por seu fazer jornalístico. Numa dessas incursões, como jovem repórter de um semanário corporativo da cidade, conheceu dona Bertha Gruschke, que o inspira a escrever o conto *O mistério da velha russa*. Temerosa pela vida da vizinha de 80 anos, “que se encontrava encarcerada no próprio apartamento desde a morte do marido Mikhail em circunstâncias suspeitas”, ela adentra a

redação do jornal em busca de alguém que a escute e dê crédito a suas suspeitas. Anos mais tarde, voltando ao local onde tudo se dera, Rafael percebe o quanto de verdade havia naquele distante suplicio da boa velhinha. Os diálogos, a descrição dos personagens e a reconstrução das cenas, além de instigarem a leitura, dão pulso à cidade que se revela através da história secreta de seus moradores. Em *A paixão de Araújo Viana*, Rafael faz conhecer uma Porto Alegre que anoitece seus dias ouvindo música de orquestra no Theatro São Pedro, palco que também recebe a disputa entre as óperas *Sandro e Carmela*, dos compositores Murilo Furtado e Araújo Viana. “Ao tomar conhecimento do projeto do amigo, Araújo Viana sentiu-se desafiado. Se Murilo estava compondo uma ópera, ele também escreveria a sua.” Interessante nos imaginarmos numa cidade em que a disputa gira em torno de duas montagens operísticas. O texto do jornalista é claro, direto e sensível como reportagens literárias. (Jacira Cabral da Silveira)



Representatividade negra em Maria Firmina dos Reis

“Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor.” É assim que Maria Firmina dos Reis abre o romance *Úrsula*, que data de 1859. Nascida na ilha de São Luís, no Maranhão, no ano de 1822, a autora é pioneira ou até mesmo revolucionária em diversos aspectos, não só na literatura brasileira, como na vida em sociedade da época. Foi a primeira mulher a ser aprovada em concurso público para o cargo de professora do primário. Mais ainda: era mulher, e mulher negra, em um período marcado pelo regime escravocrata e pelo paternalismo. Sustentava-se sozinha, tinha espaço nos jornais da época com seus escritos e publicou o romance que será uma das leituras obrigatórias da UFRGS em 2019. A partir desses elementos da vida e obra da escritora, o artista visual Luan Dresch criou a imagem que acompanha esta segunda reportagem da série *Leituras Obrigatórias 2019 – Novos Autores*, do JU.

Com tanto protagonismo e história, por que então Maria Firmina dos Reis é tão pouco estudada na literatura, principalmente dentro das escolas, e fica de fora do cânone? Ademais, o que poderia significar esse prefácio que denomina a própria obra como “mesquinho”? – ainda que, no prosseguimento da abertura, Maria Firmina expresse a intenção de “dar a lume” o romance independentemente do “indiferentismo glacial de uns” e do “riso mofador de outros”.

Resgate – A professora Régia Agostinho, do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão, relata o esquecimento da escritora após sua morte, ainda que reconhecida por figuras do período em seu estado. A relativa “perda” da obra de Maria Firmina é um dos fatores que contribui para o seu desconhecimento no país. “Em 1975, Nascimento de Moraes Filho e Horácio de Almeida, o qual encontra *Úrsula* num sebo do Rio de Janeiro em 1962, preparam uma edição fac-similar. Em sua pesquisa descobrem que *uma maranhense* – como estava assinado no livro – era Maria Firmina dos Reis. A partir desse período, ela retorna para os estudos acadêmicos para ter a merecida notoriedade”, conta a docente.

De acordo com Régia, a permanência em solo maranhense pode ser outro motivo para que Maria Firmina não tivesse maior alcance: “Escritores como Gonçalves Dias e Castro Alves, ambos nordestinos, mudaram-se para os grandes centros: São Paulo e Rio de Janeiro”, complementa a professora. Ela aponta, também, o fato de a escritora ser mulher e negra – algo que Roberta Flores Pedroso, mestra em Literatura pela UFRGS, afirma

ser o principal motivo para o seu apagamento por todo esse tempo. Para ela, é também o que norteia a interpretação do prefácio. “Não tem como não levar em consideração a vida dela: é uma mulher fora daquele século. Sua capacidade intelectual ultrapassa o comum da literatura daquele momento, que consistia em apenas apresentar um prólogo. No prefácio, para mim, há uma forte ironia”, declara Roberta. É provável, seguindo esse raciocínio, que abrir *Úrsula* dessa maneira fosse um subterfúgio linguístico de sofisticada ironia para quem conhecia muito bem seu espaço e seus leitores.

À frente de seu tempo – Os registros dos jornais do Maranhão evidenciam a presença da obra, com congratulações à mulher por tê-la escrito, porém sem análise consistente; há, portanto, certo distanciamento por parte do círculo masculino de literatos.

Algemira Mendes, professora na Universidade Estadual do Piauí e doutora em Letras pela PUCRS, entende o romance como “um contraponto ao que era escrito na época, aos modelos de romantismo até então”. Ainda que tenha a presença da religiosidade e do nacionalismo, desprende-se do tradicional final feliz. “O livro é romântico pelo fio condutor, do folhetinesco entre *Úrsula* e Tancredo, mas com uma nova proposta de término da trama. Há quem diga que seria um romance gótico, mas é discutível”, analisa Algemira.

A professora tematiza a forma como Maria Firmina dá voz ao negro – diferente de obras consideradas abolicionistas, como *Navio Negreiro*, de Castro Alves. Está em discussão, inclusive, se o romance *Úrsula* seria escravista ou abolicionista. Já Roberta Pedroso diz que, independentemente de algumas questões técnicas, como a classificação do romance – gótico, romântico ou realista –, importante é que, hoje, “*Úrsula* tem leitores. E leitores negros”. “Maria Firmina traz as memórias da mãe Susana e do pai Antero, que vieram direto da África, nessa figura do griô, que é o personagem sábio de mais idade. Essas personagens, somando-se a Túlio, em minha opinião, são as verdadeiras protagonistas do romance”, afirma.

Úrsula mostra-se uma obra de humanização do escravizado. Roberta ressalta a “autonomia das personagens negras no sentido de falarem suas experiências sem o intermédio de um narrador”, numa época em que os leitores eram majoritariamente brancos.

Ricardo Santos,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

“Meteram-me a mim
e a mais trezentos
companheiros de
infortúnio e de cativoiro no
estreito e infecto porão de
um navio. Trinta dias de
cruéis tormentos e de falta
absoluta de tudo quanto
é mais necessário à vida
passamos nessa sepultura
até que abordamos as
praias brasileiras.”



LUAN DRESCH

DESTAQUE

Os diversos
acordes
meridionais

No dia 20 de julho, às 20 horas, o grupo uruguaio La Calenda Beat sobe ao palco do Salão de Atos da UFRGS em apresentação que marca a abertura da série 2018 do Unimúsica.

O grupo tem 15 anos de carreira e uma sonoridade dançante, com destaque para os instrumentos de percussão. La Calenda Beat define seu estilo como candombe beat e mescla influências de artistas – como o nigeriano Fela Kuti – e ritmos africanos com referências sul-americanas. Elenca, ainda, como inspirações, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Olodum e o porto-alegrense Jorginho Gularte, que fez carreira no Uruguai.

A temporada do Unimúsica vai de julho a dezembro. A edição 2018 busca incentivar o intercâmbio musical na América Latina, trazendo artistas de sete países do continente. Além do Uruguai, que abre a série, estão representados Peru, Argentina, Venezuela, Colômbia, Chile e o Brasil, com o violonista Thiago Colombo, que se apresenta em dezembro.

A inspiração da série é a obra de 1943 *America invertida*, em que o pintor uruguaio Joaquín Torres García apresenta o desenho do continente ao contrário do que se convencionou nos mapas: com o sul acima e o norte abaixo. A obra fomentou o lema “Nosso norte é o Sul”, expressão comumente usada para estimular a valorização do continente, em especial pelos próprios países

da região, acostumados a “olhar para cima” para ver os vizinhos do norte.

A ideia da *America invertida* aparece ainda no título da série: *Témpano America*. A palavra *témpano* significa iceberg em espanhol. A avaliação dos curadores é de que a figura da América com o Sul para cima lembra a de um iceberg, sendo o sul do mapa, mais estreito, a fração superior visível de um grande bloco de gelo submerso. A imagem representaria a música sul-americana, que não é vista em sua totalidade, com apenas um pequeno topo flutuante sobre a água. O Unimúsica se propõe, então, a ser um canal de visibilidade para essa expressão cultural. Ao contrário, porém, dos gigantescos blocos de gelo que podem representar um perigo flutuando nos oceanos, o festival pretende ser um convite a mergulhar nesse universo.

Na véspera de cada apresentação acontece uma audição comentada, em que os artistas apresentam e conversam sobre suas influências musicais, com entrada gratuita. Para os shows, os ingressos ficam disponíveis a partir da segunda-feira da semana da apresentação e devem ser trocados por um quilo de alimento não perecível. Mais informações sobre o evento estão disponíveis em www.ufrgs.br/difusaoacultural/.

Emerson Trindade Acosta,
estudante do 9.º semestre de
Jornalismo da UFRGS



Grupo uruguaio La Calenda Beat tem 15 anos de trajetória musical

MÚSICA

CONCERTO DAS ATIVIDADES CORAIS DE EXTENSÃO

Coordenação do professor Vílson Gavalhão
Apresentação: 14 de julho, 19h
Local: Auditorium Tasso Corrêa do IA/UFRGS
Entrada Franca

CONCERTO “AS MAIS QUERIDAS”

A apresentação abre as comemorações dos 20 anos do Flautarium – conjunto de flautas doces da UFRGS –, sob a coordenação da professora Lucia Carpena.

Apresentação: 12 de julho, 17h30
Local: Auditorium Tasso Corrêa do IA/UFRGS

CINEMA



TARJA BRANCA - A REVOLUÇÃO QUE FALTAVA
Cacau Rhoden | Documentário | 2014 | 80 min

O filme parte de depoimentos de adultos com perfis diversos que refletem sobre como a brincadeira pode estar ligada ao “espírito lúdico” do homem. A pesquisadora Amanda Senna, que estuda a cultura da infância, participa da sessão.

Sessão: 12 de julho, 19h

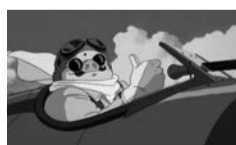
MOSTRA HAYAO MIYAZAKI

CASTELO NO CÉU
Japão | 1989 | 135 min
Duas crianças precisam escapar de piratas e agentes estrangeiros que estão à procura de um castelo flutuante.

Sessões: 16 e 19 de julho, 16h; 20 de julho, 19h

O SERVIÇO DE ENTREGAS DE KIKI
Japão | 1989 | 103 min
Uma jovem bruxa muda-se para uma nova cidade e utiliza seus poderes para ganhar a vida.

Sessões: 16 de julho, 19h; 17 e 20 de julho, 16h



PORCO ROSSO
Japão | 1992 | 94 min
Na Itália dos anos 1930, um piloto, após ser amaldiçoado e transformado em um porco antropomorfizado, decide trabalhar como caçador de recompensas.

Sessões: 17 de julho, 19h; 18 de julho, 16h

SESSÃO CLUBE DE CINEMA

O REI DA COMÉDIA
Martin Scorsese | EUA | 1982 | 110 min

Jerry Langford (Jerry Lewis), um famoso apre-



sentador de TV, é sequestrado pelo aspirante a comediante Rupert Pupkin (Robert De Niro) e por sua amiga Masha (Sandra Bernhard). Para escapar da situação, Jerry permite que Rupert se apresente em seu programa na TV.

Sessão: 03 de julho, 19h

MOSTRA EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL – ANPED SUL

A ESCOLA DE BABEL
Julie Bertuccelli | Documentário | 2013 | 94 min

Jovens entre 11 e 15 anos precisam se adaptar a uma nova vida quando suas famílias migram para a França. Para aprender o idioma local, eles estudam em séries iniciais. Nas aulas, conversam sobre a relação com as famílias, o futuro e as diferenças entre si.

Sessão: 23 de julho, 16h

SECUNDAS
Cacá Nazario | Documentário | 2017 | 16 min

Filme sobre as ocupações nas escolas do Rio Grande do Sul em 2016. Vencedor do troféu Assembleia Legislativa no Festival de Gramado 2017.

Sessão: 23 de julho, 19h



OS PANTERAS NEGRAS
Agnès Varda | Documentário | 1968 | 28 min

O filme aborda os debates de conscientização organizados pelos Panteras Negras em Oakland (Califórnia).

Sessão: 24 de julho, 16h



NOSTALGIA DA LUZ
Direção: Patricio Guzmán | Documentário | 2010 | 90 min

No deserto do Atacama, viúvas procuram os restos mortais de seus maridos, assassinados pelo regime ditatorial de Pinochet.

Sessão: 25 de julho, 16h
DIÁRIO DE UMA BUSCA
Flávia Castro | Documentário | 2010 | 108 min

O filme conta a história de Celso Castro, um jornalista de esquerda que foi encontrado morto no apartamento de um ex-oficial nazista.

Sessão: 25 de julho, 19h

EU, DANIEL BLAKE
Ken Loach | 2016 | 97 min

Homem luta para manter seus benefícios sociais enquanto começa a desenvolver um laço com uma mãe solteira que batalha para sustentar os dois filhos.

Sessão: 26 de julho, 16h

TRABALHAR CANSA
Juliana Rojas, Marcos Dutra | 2011 | 99 min

Acontecimentos inexplicáveis assustam um



casal no supermercado que acabam de comprar.

Sessão: 26 de julho, 19h

O SONHO DE WADJA
Haifaa Al-Mansour | 2012 | 98 min

Wadja é uma garota cheia de vida, vivendo em uma sociedade conservadora. Seu maior desejo é comprar uma bicicleta para disputar uma corrida com seu melhor amigo.

Sessão: 27 de julho, 16h



“N” DE VANESSA
Maria Carmencita | Documentário | 2015 | 14 min

Documentário produzido a partir de entrevista com Nicole, uma ex-garota de programa de 19 anos. O filme tem uma narrativa poética e delicada.

Sessão: 27 de julho, 19h

PLANETÁRIO

PROJETO SELENE
Observação do céu de Porto Alegre através de telescópios. Evento com realização sujeita às condições climáticas.

Data: 24 de julho, após o pôr do sol
Local: Planetário Prof. José Baptista Pereira
SESSÕES DE FÉRIAS DO PLANETÁRIO
Sessões voltadas ao público infanto-juvenil,

com conteúdo para crianças de 6 a 9 anos. Haverá apresentação do planetário e seus recursos. Entrada: 1 kg de alimento não perecível por pessoa.

Datas: 17, 19, 24 e 26 de julho, 16h
Local: Planetário Prof. José Baptista Pereira

EXPOSIÇÃO



FOTOGRAFIA E O FAZER DO DEDS

Mostra de fotografia que propõe uma reflexão sobre o olhar do extensionista. No dia 12 de julho, às 15h, acontece a roda de conversa Indissociabilidade ensino-extensão-pesquisa, interdisciplinaridade e impacto social em ações de extensão.

Mostra aberta até 25 de agosto
Local: Museu da UFRGS
Entrada franca



ZONA DE ESCUTA

A exposição procura sensibilizar os visitantes sobre deslocamentos, ocupações e remoções de comunidades em Porto Alegre e seus processos de resistência.

Mostra aberta até 20 de julho
Local: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do IA/UFRGS
Entrada franca

ONDE?

► **Auditorium Tasso Corrêa**
Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4320

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Sala Qorpo Santo**
Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3080

► **Planetário Professor José Baptista Pereira**
Ipiranga, 2000
Fone: 3308-5384

► **Museu da UFRGS**
Oswaldo Aranha, 277
Fone: 3308-3390

► **Pinacoteca Barão de Santo Ângelo**
Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4302

Meu Lugar na UFRGS

Vidas no campo

Estação *Fora do circuito usual da Universidade, existe um espaço bucólico que inspira convivência afetiva*

Depois de pouco mais de uma hora de viagem pela rodovia BR-290, na altura do Km 146, chega-se à Estação Experimental Agronômica, órgão auxiliar da Faculdade de Agronomia. São 1.560 hectares de campos destinados ao cultivo de plantas e à criação de animais, tudo voltado ao estudo e à pesquisa dos cursos de Agronomia, Zootecnia, Veterinária, entre outras unidades da Universidade. Para dar conta dessa demanda, foi necessário construir uma estrutura para acomodar tanto os setores administrativos quanto os de moradia temporária e permanente para aqueles que frequentam ou moram no local. É nesse contexto, que mescla vivências acadêmicas e pessoais, que a Estação Experimental se transforma no lugar especial para muitos que estudam ou trabalham na Universidade.

Relação familiar – Esse local bucólico inspira o carinho especialmente a quem praticamente

nasceu lá. É o caso de Julio Cezar Angelo de Souza, que em 20 de maio completou 50 anos de idade. Seu pai, Osmar, trabalhou na Estação Experimental Agronômica desde os primórdios – o órgão foi criado em 1961. “Ele era campeiro lá em cima, cuidava do gado, ele e mais dois companheiros – todos os três já são falecidos. Era um homem solteiro quando pegou aqui. Conheceu minha mãe em Arroio dos Ratos [cidade vizinha à estação] – nós somos todos dali. Eles casaram, e a direção da estação deu uma casa na fazenda para ele morar com ela”, recorda. As contrações, ela sentiu lá mesmo na fazenda, e Julio Cezar foi nascer no hospital em Arroio dos Ratos.

Quando foi a hora de começar a estudar, frequentou a escola na mesma cidade em que nasceu. “Mas sempre pegava algum servicinho, um biscatezinho dentro da estação para arrumar o meu troquinho. Cuidei das lavouras de trigo, onde os tibirros batiam

muito. Eu botava umas estacas no meio da lavoura, atava um foguete e acendia para ver se espantava eles. Só que, no final, eles nem tinham mais medo – só davam uma voadinha e vinham para o trigo de novo”, diverte-se.

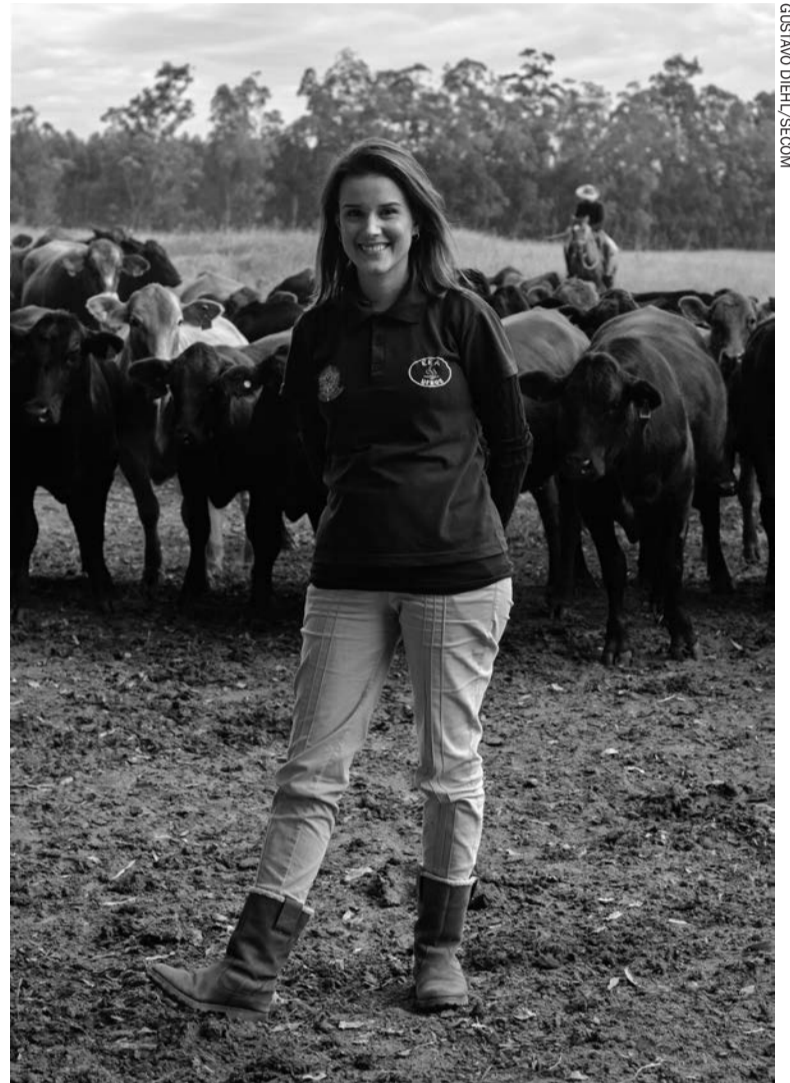
Julio Cezar tinha 25 anos quando prestou concurso e começou a trabalhar como servidor na estação no início de 1994. Entrou na fruticultura, no setor de pomares, onde ficou por 10 anos. Depois, circulou por diferentes áreas: foi ajudante de alambrador, cuidou de experimentos no aviário, abasteceu máquinas com adubos e sementes. Hoje trabalha ajudando os tratoristas.

Essa circulação e a ligação umbilical que mantém com o local garantem uma intimidade e uma identificação que se flagram na familiaridade que demonstra com os colegas que cruzam por ele enquanto caminhamos pela sede. Também está no tratamento dado aos tratores, que nos mostra com empolgação: “Esse aqui, quando veio novo, eu estava no mercado numa sexta-feira bem de tardezinha e o encarregado me encontrou e disse: ‘Vem, entra no meu carro’. E eu: ‘Ué, o que tu queres?’. Aí ele me falou que tinha chegado um trator, e o motorista do caminhão disse que não sabia tirar da prancha – eu é que tinha que manobrar. Este aqui: tirei o cabaço dele”. Vira-se e aponta outro: “Aquele é o burrinho, porque dá cada golpe na gente na lavoura – é muito alto e muito curto, então é pulador”.

Dirigir trator, Julio Cezar conta que aprendeu numa olaria – tinha uns 17 anos –, puxando barro da barreira para o tonel. Isso próximo a Arroio dos Ratos.

Ao ser questionado sobre se é difícil dirigir um trator, Julio responde: “Não! Sabe andar de auto? É a mesma coisa! Sistema de marcha, embreagem – só que é mais difícil a marcha entrar: o cara pedala, leva em ponto morto, pedala de novo que ela entra”, explica.

“Eu nasci e me criei na estação – os professores mais antigos me conhecem desde que eu era gurizinho! Me sinto bem aqui!”, reflete ao jogar o olhar na paisagem a sua volta.



GUSTAVO DIEHL/SECOM

Do carpete para o barro – Com campo nativo, pomares, lavouras e criação de animais, a Estação Experimental Agronômica é um espaço para práticas das áreas de Agronomia, Veterinária e Zootecnia. Para a médica veterinária da unidade, Veronica Rolim, o lugar representa muito mais do que o trabalho: é o seu lar. Há quase dois anos, ela vive em uma das casas funcionais e trata dos animais da estação.

Criada em carpete – como gosta de dizer –, Veronica ingressou no curso de Medicina Veterinária da UFRGS com o objetivo de tratar cães e gatos e não imaginava que iria se apaixonar pela vida no campo. “Sou totalmente urbana. Mas agora sou fascinada pelo que faço!” Os dias dela começam cedo: depois do café, ela se reúne com os colegas para planejar o manejo dos animais durante a semana, o que inclui alimentação, vacinação e vermifugação.

Assim que se mudou para a estação, deparou-se com um episódio que descreve bem as diferenças que sentiu longe dos prédios e do clima da cidade. “Numa das primeiras noites, deixei a porteira aberta. No meio da madrugada, ouvi um barulho vindo da minha janela e fiquei com muito medo!” – pensava que fosse um ladrão. Hoje, porém, diverte-se ao lembrar que era só uma vaca. Trabalhar e morar no campo estão entre as maiores realizações da jovem veterinária.

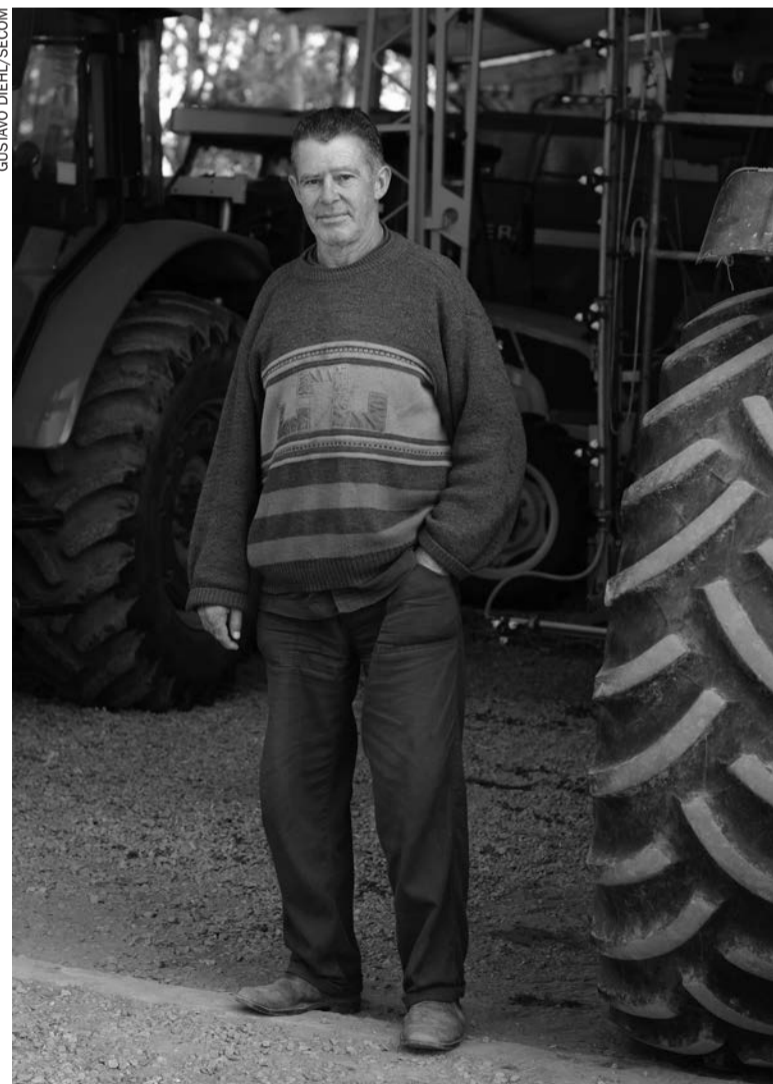
“Sou abençoada por viver em um lugar tão bonito, no meio da natureza. Meu lugar é onde estão os animais”, entusiasma-se.

Nos fins de semana, se não vai a Porto Alegre, aproveita para curtir o pôr do sol do quintal de casa, colher frutas do pomar, tomar chimarrão com o marido – que leciona na UFRGS – e visitar colegas que também moram na estação. “Temos a cultura do interior. Um dia desses, um campeiro pediu para que eu examinasse seu porco e em troca me deu uma abóbora”, conta.

Logo que chegou à estação experimental, entretanto, houve um estranhamento com os campeiros. “Nenhum veterinário concursado tinha atuado aqui nos últimos 20 anos. Aí eu cheguei inexperiente – e ainda por cima uma mulher jovem... Levou um tempo até nossa relação se tornar saudável.” Hoje, ela define essa convivência como uma troca de experiências, porque pode ajudar com seus conhecimentos acadêmicos enquanto eles compartilham a experiência de anos na lida campeira.

Aos poucos, a “guria de apartamento” habituou-se às botas embarradas, ao frio mais intenso e à distância da família – além do céu estrelado e da rotina tranquila.

Felipe Ewald, repórter, e Bárbara Lima, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da UFRGS



GUSTAVO DIEHL/SECOM



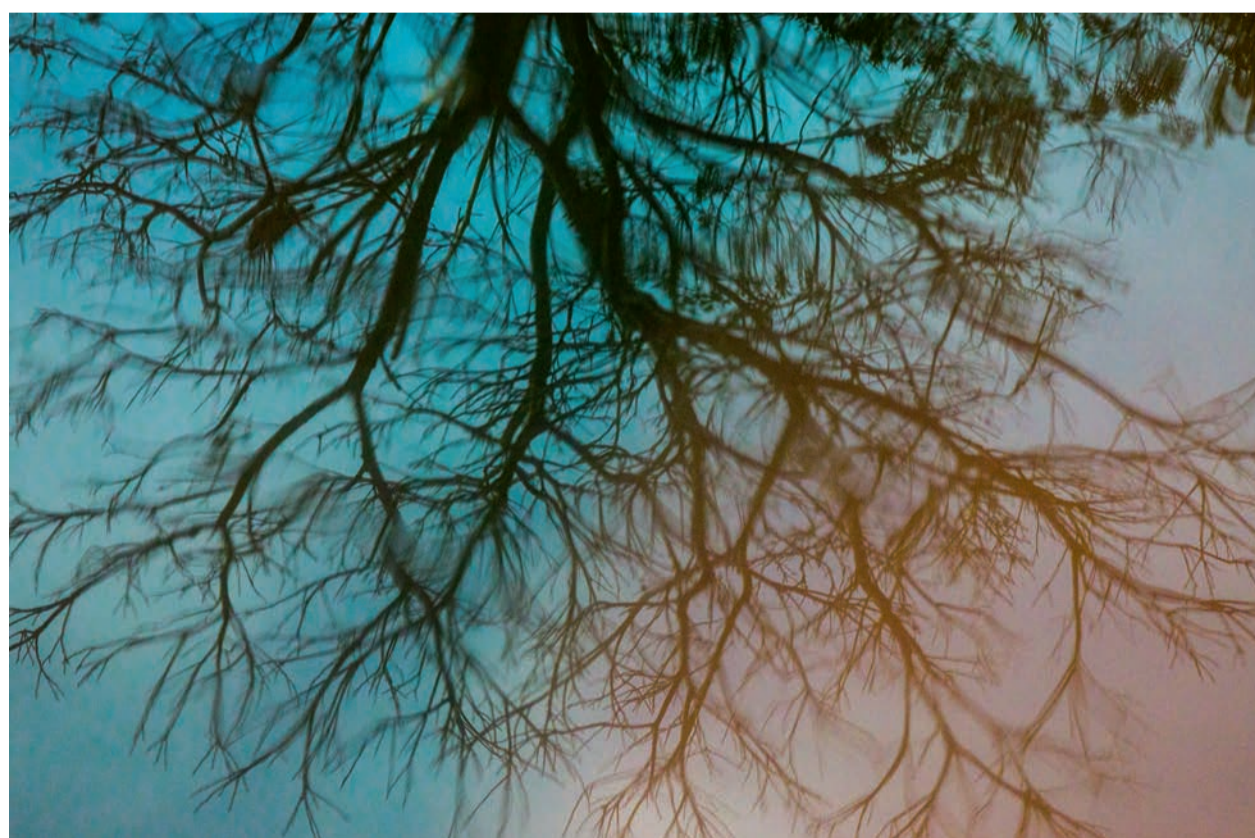
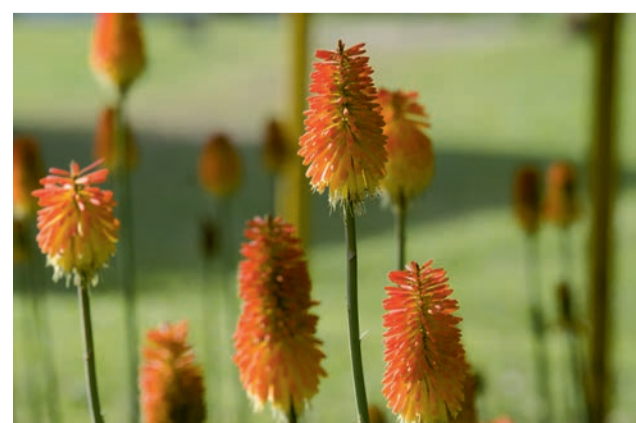
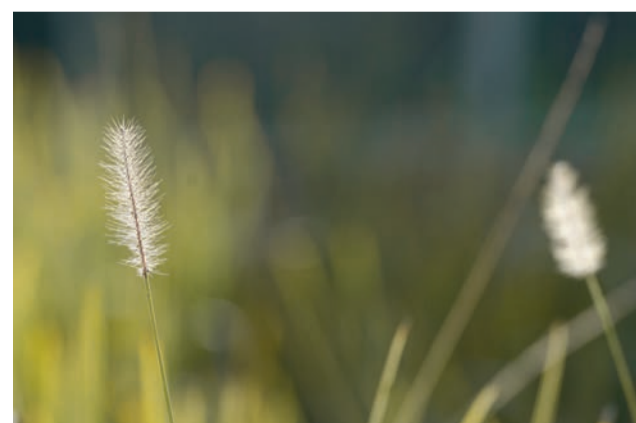
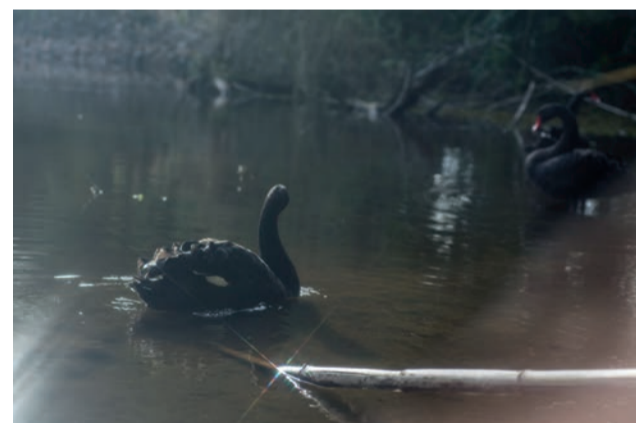
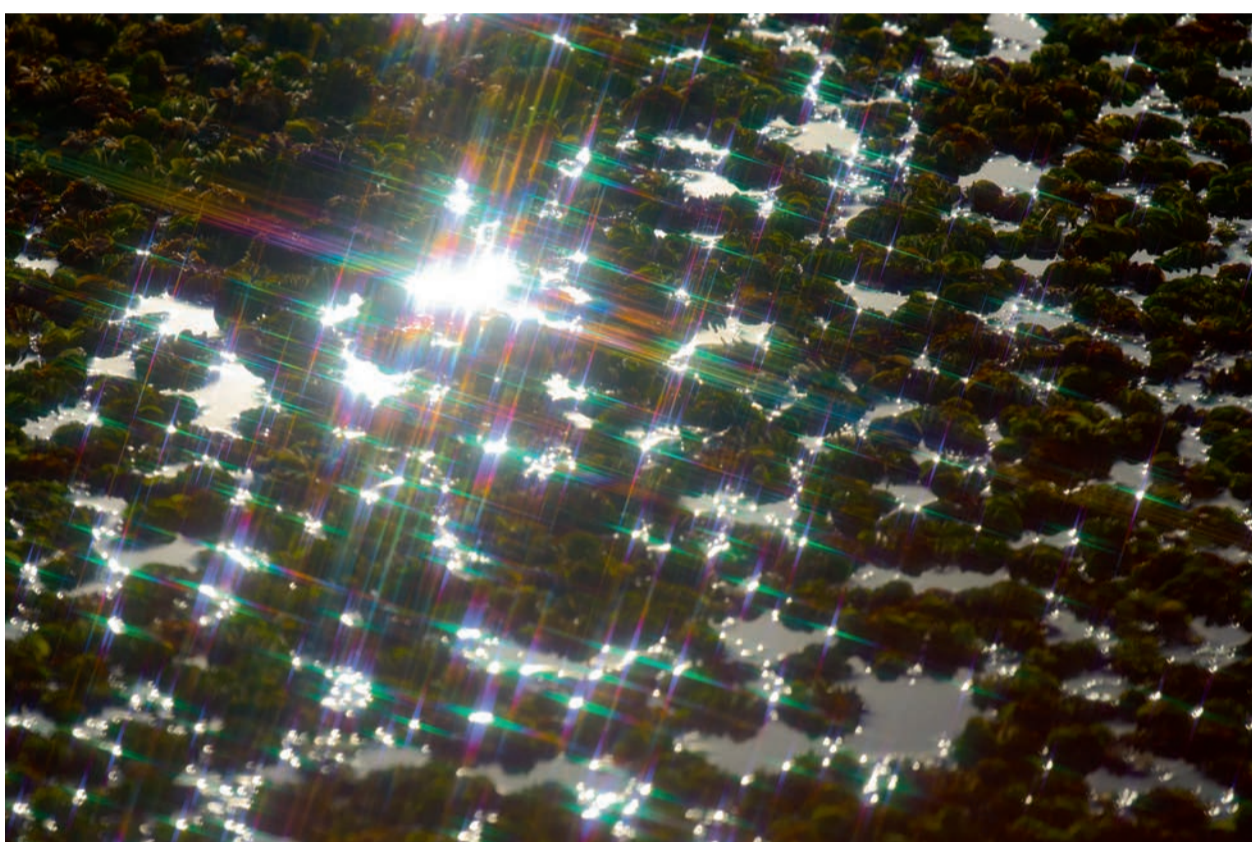
Passeio sensorial

IMAGENS E TEXTO **ROCHELE ZANDAVALLI**

Um dos espaços verdes mais agradáveis da capital, o Jardim Botânico corre risco de ser desativado, já que é parte da Fundação Zoobotânica, instituição que o atual governo do estado vem tentando extinguir. No vívido jardim que refresca a vida concreta de uma grande cidade, entramos em contato direto com uma rica área de conservação da biodiversidade no Rio Grande do Sul.

Atravessar a portaria do local, dando as costas para a movimentada avenida Salvador França, é como passar por um portal que nos leva a outra dimensão: calma, imersiva, sensorial. Para mim, o Jardim Botânico é um dos lugares mais preciosos que encontramos hoje em Porto Alegre, por essa oportunidade próxima de contato com a natureza. Diversas foram as saídas de campo que fiz com meus alunos durante as aulas em cursos de extensão do Núcleo de fotografia da UFRGS. Em nossas saídas, não houve melhor lugar para podermos por a teoria em prática com segurança, em um ambiente visualmente riquíssimo e bem cuidado. Com minha família e amigos muitas vezes voltei. São memórias solares, coloridas: para mim, o jardim brilha.

Me preocupo quando comento sobre esse lugar mágico e vejo a falta de conhecimento por parte de alguns concidadãos. Creio que seja estratégico da parte dos governos mal divulgar as ações e o Jardim Botânico, pois assim a população desconhece o espaço, usufrui pouco de suas potencialidades e não participa de mobilização para que o mesmo seja mantido. No Brasil, temos desvirtuada a noção de patrimônio público. Para nós, o que é público não é de ninguém, quando, na verdade, público é aquilo que é de todos.



ROCHELE ZANDAVALLI É ARTISTA, COM MESTRADO EM POÉTICAS VISUAIS PELO PPGAV/UFRGS. ATUA COMO FOTÓGRAFA NA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE E COMO PROFESSORA NA UNISINOS